FUNCIONÁRIO DO POVO

Candidato à Prefeitura de Porto Nacional

Plano de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL – 2025-2028

PLANO DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Prefeito

RONIVON

VICE **JOAQUIM DO LUZIMÂNGUES**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO ATUAL 7
3 METODOLOGIA 9
3.1 MODELO DE GESTÃO MUNICIPAL 9
3.2 CONCEITO 11
4 EIXOS NORTEADORES DE MACROPROCESSOS 12
4.1 DA GOVERNANÇA 13
4.2 DA ESTRUTURA 14
4.3 FINALISTICO 15
5 EIXO TEMATICO DE DESENVOLVIMENTO 16
5.1 DA SOCIEDADE 16
5.1.1 ASSISTENCIA SOCIAL 17
5.1.2 CULTURA, ESPORTE E LAZER 19
5.1.3 EDUCAÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR 23
5.1.3.1 EDUCAÇÃO 23
5.1.3.2 TRANSPORTE ESCOLAR 26
5.1.4 HABITAÇÃO 28
5.1.5 MEIO AMBIENTE 29
5.1.6 SAÚDE E SAÚDE ANIMAL 31
5.1.6.1 SAÚDE 31
5.1.6.2 SAÚDE ANIMAL 36
5.1.7 SEGURANÇA ALIMENTAR 38
5.1.8 SEGURANÇA 39
5.1.9 TRABALHO 41
5.1.10 MOBILIDADE URBANA 45
6 EIXO TEMÁTICO DA ECONOMIA 47
6.1 ECONOMIA 47
6.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 51
6.2.1 TURISMO 52
6.2.2 EDUCAÇÃO EMPRESARIAL 54
6.2.3 INCENTIVOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS 55
6.2.4 CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO 55
6.3 EIXO TEMÁTICO DA CIDADANIA 57
6.3.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES 58
6.3.2 ADOLESCENTES, JOVENS E JUVENTUDES 59
6.3.3 MULHERES 62
6.3.4 IDOSOS 63
6.3.5 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 64
6.3.6 GRUPOS ÉTNICOS 65
6.3.7 LGBTQI + FOBIA 66
6.4 EIXO TEMÁTICO DA GESTÃO 68
6.4.1 SERVIDORES MUNICIPAS 68
6.4.2 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 70
6.4.3 PLANO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA 72
6.4.4 LOGÍSTICA 74
6.4.5 SANEAMENTO BÁSICO 75
6.4.6 PATRIMÔNIO HISTÓRICO 77
6.4.7 CAPTAÇÃO DE RECURSOS 80
6.4.8 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 82
7 LIBERDADE RELIGIOSA 84
7.1 RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES RELIGIOSAS 84
8 CONCLUSÃO 86
9 TRAJETÓRIA DO PREFEITO E VICE-PREFEITO 88

Ligado com a cidade!

PLANO DE GOVERNO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL – 2025-2028

APRESENTAÇÃO

Prezados Portuenses,

É com muita alegria e satisfação após ouvir os diversos segmentos da cidade e como gestores eleitos no pleito 2021 – 2024, apresentamos nesta oportunidade à sociedade Portuense, uma síntese do trabalho realizado nesses quatro anos, bem como o nosso Plano de Governo, plano este pautado na participação popular em conjunto a propostas técnicas elaborada por professores de diversas universidades, secretários e suas respectivas equipes técnicas participantes da atual gestão.

Todo esse trabalho de planejamento somado ao processo de consulta pública realizada entre os meses de julho e agosto de 2024 através de diversas rodas de conversa, visa fortalecer a ampliação e continuidade dos atuais serviços prestados pela administração pública à cidade de Porto Nacional, cuja execução sempre dependerá de um diálogo com a sociedade portuense e a Câmara Municipal de Porto Nacional, no sentido de rediscutir as necessidades deste município, bem como somar esforços para darmos continuidade ao forte processo de captação de recursos federais que nestes quase 4 anos de mandato já somam um montante de R$ 276.153.385,00. (Duzentos e Setenta e Seis Milhões, Cento e Cinquenta e Três Mil e Trezentos e Oitenta e Cinco reais).

O Plano apresentado, se traduz em um planejamento nunca inacabado, que visa dar continuidade a uma gestão realmente comprometida com a população Portuense. Trata-se de uma proposta de política pública na qual se vislumbra uma ampliação ainda maior da rede dos serviços públicos de Saúde, Educação, Infraestrutura Urbana, dentre outros, garantindo assim o desenvolvimento econômico e social.

Durante todo o nosso primeiro mandato a realização dos objetivos alcançados está todo atrelado a valores como trabalho, transparência, responsabilidade, realismo, consistência, criatividade, e acima de tudo, planejamento.

Temos como carro-chefe em nossa Administração: o fortalecimento do **empreendedorismo**, voltado para a **geração de emprego e renda**, primando pelo atendimento às famílias portuenses, promovendo também a **Qualificação Profissional** da mão de obra humana local sem esquecer de nossos jovens e mulheres, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social do nosso Município atendendo a todos os munícipes residentes na cidade, no campo e em nossos distritos.

Destacamos como pilar do nosso segundo governo, o olhar especial à **Saúde Pública** bem como a continuidade do processo de **reestruturação de nossa infraestrutura**, por entenderque somente por meio do desenvolvimento intelectual, emocional e cognitivo das pessoas, conseguiremos atingir ainda mais crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Porto Nacional bem como engrenar a sociedade e cidade ao forte processo de **agro industrialização** que passa a região norte de todo país.

Cabe ressaltar que o **PLANO DE GOVERNO** poderá ser aprimorado, adaptado e atualizado por circunstâncias e fatos novos, para que possamos melhor atender as necessidades de todos os cidadãos portuenses, sempre buscando valorizar a **gestão participativa**, voltada para atender as necessidades reais deste município, contribuições que possam vir a surgir ao longo da campanha eleitoral e no decorrer da gestão, também serão consideradas a este projeto que é de toda a população Portuense.

.

Porto Nacional, agosto de 2024.

44

Prefeito

RONIVON

VICE JOAQUIM DO LUZIMÂNGUES

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste documento é apresentar o Planejamento Estratégico do Município de Porto Nacional para o período de 2025 a 2028.

Esse planejamento consiste no desdobramento dos resultados alcançados através das diretrizes e políticas estabelecidas nos projetos e indicadores resultantes da execução orçamentária dos quatro anos bem como o Planejamento Plurianual – PPA.

Nesse contexto, destacamos que em julho de 2024 foram realizadas diversas reuniões com os mais variados segmentos da sociedade que contribuíram com ideias e propostas para cada setor, bem como as possibilidades existentes do ponto de vista orçamentário e legal para execução das políticas públicas implementadas já existentes bem como as novas propostas e projetos apresentados, com a finalidade de apresentar uma proposta de desenvolvimento norteada por experiências e conhecimentos das necessidades básicas da sociedade portuense.

A atual gestão teve o trabalho de condensar todo o material coletado por meio de métodos que observassem os dados de forma criteriosa e simples, em que cada pessoa tivesse a oportunidade de participar e apresentar sua proposta, seja por dezenas de rodas de conversa e diálogos interativos, em áreas estratégicas, por meio de macro eixos temáticos globais, que compilada, passa a compor este documento que ora apresentamos.

No âmbito da gestão pública municipal – implantamos a metodologia da GESTÃO COMPARTILHADA INTERSETORIAL, entre todos os órgãos da administrativa direta e indireta, e a GESTÃO COMPARTILHADA POPULAR, que conta atualmente com 12 Conselhos Municipais com a participação dos segmentos da sociedade civil e poder público com caráter deliberativo.

No âmbito Regional, buscamos o fortalecimento do Consórcio Intermunicipal do Lago o CI-Lago, como a metodologia de GESTÃO COMPARTILHADA INTERMUNICIPAL, entre os municípios que integram a Região Metropolitana Estadual.

Através deste instrumento construído com o apoio da população, secretários e suas respectivas equipes técnicas, professores e pessoas que pensam a cidade, esperamos contemplar todas as necessidades de políticas públicas de nossa cidade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO ATUAL

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que Porto Nacional, município com aproximadamente 64 mil habitantes e a quarta maior população do estado, solidificou-se como a terceira maior economia do Tocantins em 2021, atingindo um Produto Interno Bruto (PIB) de expressivos R$ 3,65 bilhões.

A análise da participação do PIB em relação à população revela uma contribuição ainda mais expressiva de Porto Nacional para a economia do estado. Enquanto o município representa apenas 4% da população total do Tocantins, sua participação no PIB é notavelmente mais alta. Outro destaque relevante é o crescimento do PIB portuense, que registrou o segundo maior ganho percentual em relação a 2020, com um aumento de 1,07% na participação nas riquezas do Tocantins.

Além do crescimento econômico, Porto Nacional se destaca como campeão estadual de exportações em 2022 e 2023, já contabilizando a expressiva marca de US$ 259 milhões

nos primeiros 6 meses deste ano.

Os dados são animadores e é possível prever um PIB ainda maior nos próximos anos, destacando a força do comércio local, e as iniciativas realizadas até aqui pela atual gestão como a licitação de 62 estruturas de comércio “Quiosques” a Micro Empreendedores Locais, instalação e funcionamento do Polo Multisetorial bem como a ampliação e fortalecimento da infraestrutura municipal e programas municipais de fomento a iniciativa privada o que culminou com a instalação de diversas empresas dentre elas podemos destacar a presença de duas esmagadoras de soja, além de sediar uma das maiores empresas de fertilizantes do Brasil.

É neste cenário de crescimento econômico que queremos destacar como pilares do nosso segundo governo, o olhar especial para a Saúde Pública bem como a continuidade do processo de reestruturação de nossa infraestrutura e qualificação profissional dos jovens e adultos, por entender que somente por meio do desenvolvimento intelectual, emocional e cognitivo das pessoas, conseguiremos aproveitar as melhores oportunidades de emprego e geração de renda que este forte processo de agro industrialização que passa nossa Porto Nacional bem como toda a região norte do país

3 METODOLOGIA

A metodologia apresentada tem como característica a realização das ações compartilhadas entre as secretarias responsáveis pela promoção e implementação das políticas públicas municipal.

MODELO DE GESTÃO MUNICIPAL

As demandas da gestão municipal exigiram nestes quatro anos da administração, respostas rápidas na cobertura de todos os serviços públicos. No cenário atual foram tomadas as medidas necessárias para implantação de uma gestão inteligente e informatizada.

Foi implantado um sistema de automação dos processos com ferramentas que possibilitam o gerenciamento, monitoramento e controle de metas e resultados relacionados à aplicação dos recursos públicos, chamado de GEP e para os próximos quatro anos visamos fortalecer e implantar de forma digital a gestão compartilhada entre eixos de políticas públicas, com a participação de usuários comuns, seja municipal ou intermunicipal.

Partindo dessa premissa buscamos estabelecer o modelo de gestão estruturante da seguinte forma:

Gestão Compartilhada Intersetorial, realizada entre secretarias com políticas públicas voltadas ao usuário comum, para otimização dos recursos em forma de programas e projetos, mensurados por meio da implantação de monitoramento digital dos programas aplicados e, com inovação tecnológica,observando os princípios que regem a administração pública.

Ainda dentro da metodologia, teremos a **Gestão Compartilhada Popular**, buscando a efetividade da participação popular, com a criação de 12 (doze) Conselhos Municipais de caráter Deliberativos e Consultivos, formado pelo (poder público, comunidade e sociedade civil organizada).

Por fim, a **Gestão Compartilhada Intermunicipal**, o Município de Porto Nacional fortaleceu a participação no consórcio intermunicipal do lago CI – Lago, coma finalidade de integração das ações e estratégias, em proldo desenvolvimento econômico da Região.

Grupo Gestor: Gestão do Plano de Governo Municipal

Objetivo: acompanhar a execução dos compromissos conforme plano de governo, sendo:

Monitoramento das ações (programas, projetos, planos, metas) realizado ano a ano;

Acompanhamento de todos programas, projetos das pastas;

Diagnóstico, avaliações periódicas das implementações e ajustes;

Fórum Anual de discussões para avaliar desempenho de gestão.

Gestão de Resultados:

criar sistema unificado para compartilhamento de informações e análise de resultados.

3.2 CONCEITO

GESTÃO COMPARTILHADA INTERSETORIAL:

É uma gestão que envolve todo integrante da estrutura de governo, por nível hierárquico, na construção de planos unificados de ações, programas e projetos voltados para o mesmo público alvo, para otimização e qualidade da aplicação dos recursos públicos.

GESTÃO COMPARTILHADA COMUNITÁRIA:

É uma gestão que envolve o poder público, a comunidade e a sociedade civil na organização da construção do planejamento participativo das ações estruturantes de desenvolvimento sustentável para o município.

GESTÃO COMPARTILHADA INTERMUNICIPAL:

É uma gestão que envolve os representantes do poder público, da comunidade e da sociedade civil. Na organização dos municípios integrantes da Regional de Porto Nacional para construção do planejamento participativo das ações estruturantes de desenvolvimento sustentável para a Região

4 EIXOS NORTEADORES DE MACROPROCESSOS

A atual estrutura administrativa municipal foi concebida através de macroprocessos (Governança, Estrutura e Finalístico), implantados na estrutura como ferramenta de gestão para aplicar de forma estratégica na formação da cadeia de valor para gerenciamento das informações no PlanoEstratégico Institucional do município de Porto Nacional.

4.1 DA GOVERNANÇA

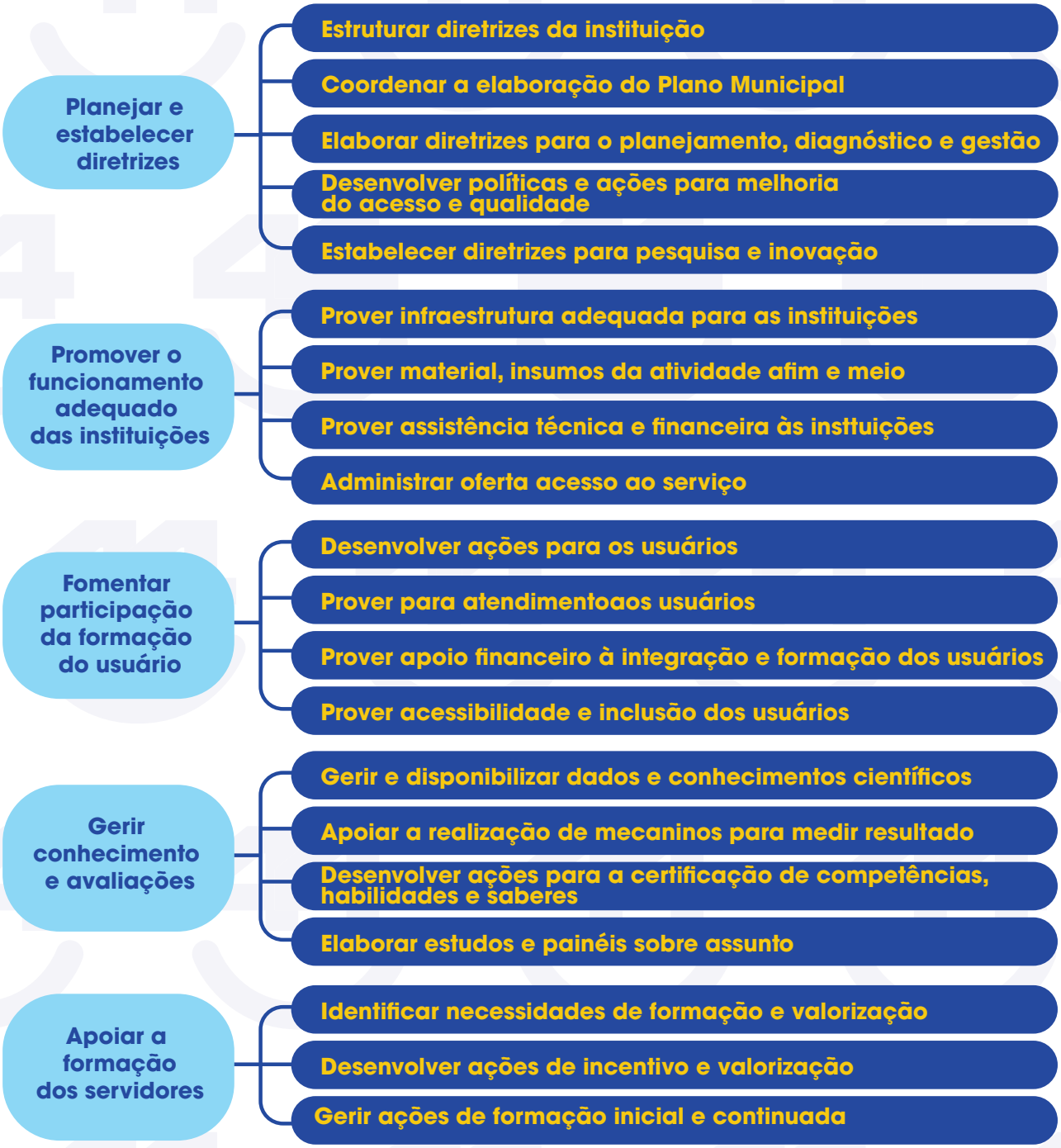
A secretaria de Planejamento e Inovação Tecnológica é a pasta que norteou as atividades de gestão do município, promovendo a coordenação e execução orçamentária e financeira dos serviços públicos necessários e integrada às secretarias da Fazenda, Controle Interno, Comunicação e Procuradoria.

4.2 DA ESTRUTURA

A secretaria de Administração articulada com a secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Infraestrutura, Esporte, Juventude, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Cultura executam as atividades estruturais

4.3 FINALÍSTICO

O Processo de Finalístico está relacionado ao atendimento dos serviços públicos ao usuário pela atual administração promovidos por meio da Secretaria Municipal de Gestão e Governança e Chefia de Gabinete.



5 EIXO TEMÁTICO DE DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas municipais ficaram divididas em quatro grandes eixostemáticos de desenvolvimentos (Sociedade, Economia Criativa, Cidadania e Gestão).

Nestes anos da administração destacamos a implantação da Política de Gestão de Resultados processo inovador com ferramenta de sistema automatizado, que auxiliou no gerenciamento das ações e monitoramento dos resultados apresentados, demonstrando transparência, eficiência e qualidade dos serviços públicos ofertados ao usuário dos serviços públicos em prol do desenvolvimento humano.

5.1 DA SOCIEDADE

Os **direitos e garantias fundamentais** são normas protetivas que objetivam proteger o cidadão da ação do Estado (uma vez que o Estado é obrigado a garantir as mesmas) e garantir os requisitos mínimos para que o indivíduo tenha uma vida digna perante a sociedade, estão previstas na Constituição Federal de 1988, no título II da mesma.

Os artigos 5º ao 17 da Carta Magna estipulam quais são os direitos fundamentais e garantias que o indivíduo brasileiro e a sociedade desfrutam de forma contínua. Os direitos e garantias fundamentais estão divididos na Constituição Federal por temas específicos. São eles: direitos individuais e coletivos (artigo 5º da CF), direitos sociais (do artigo 6º ao artigo 11 da CF), direitos de nacionalidade (artigos 12 e 13 da CF) e direitos políticos (artigos 14 ao 17 da CF).

5.1.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Plano de Governo da Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação de Porto Nacional foi discutido no dia 22 de julho de 2024, em um evento que contou com a participação ativa da sociedade civil, empresários, servidores e técnicos da assistência social, gestores municipais e a comunidade em geral. Durante o evento, foram apresentadas as ações realizadas pela gestão de Ronivon Maciel no período de 2021 a junho de 2024, destacando a necessidade de dar continuidade à política de assistência social.

Utilizando a metodologia de roda de conversa, o evento promoveu uma escuta ativa da comunidade. Dividida em sete eixos temáticos, a discussão permitiu expor as condições territoriais e as políticas implementadas. A população teve a oportunidade de sugerir melhorias para essas políticas. Os eixos abordados foram:

Políticas de Assistência Social;

Família e Comunidade;

Habitação

Participação Social e Controle Social;

Parcerias e Articulações;

Valorização dos Profissionais do SUAS;

Diversidade e Inclusão.

Este documento descreve detalhadamente cada um desses eixos, baseando-se na contextualização de cada área, nas ações realizadas pela gestão nos últimos três anos e meio, e nas sugestões acatadas pela comunidade. Essa análise detalhada é fundamental para identificar as áreas mais necessitadas e implementar políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

A execução de tais políticas enfrenta dificuldades adicionais devido à limitação de recursos financeiros e materiais, o que torna ainda mais urgente a necessidade de um planejamento cuidadoso e a busca por fontes de financiamento, seja por meio de parcerias com outras esferas do governo ou com organizações da sociedade civil.

É importante mencionar que os projetos implantados durante esta gestão terão continuidade, com ações planejadas para melhorias e propostas de ampliação, conforme descrito detalhadamente neste documento. Para garantir a eficácia e transparência desses projetos, destaca-se a criação do aplicativo **"SUAS MÃOS AQUI".**

Espera-se que, através deste aplicativo, os cidadãos tenham um acesso mais fácil e direto aos serviços de assistência social, sintam-se mais envolvidos e confiantes nas ações da SEMASH e que a gestão dos serviços socioassistenciais seja mais eficiente e transparente, resultando em um impacto positivo significativo na qualidade de vida da comunidade.

Compreendendo essas necessidades, o plano de governo 2025-2028 será direcionado para implementar ações e políticas que atendam de forma efetiva e equitativa às demandas da população vulnerável. Isso assegurará a continuidade, melhoria e ampliação dos projetos em andamento, fortalecendo a rede de proteção social e construindo uma cidade mais solidária e inclusiva.

PROPOSTAS:

ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

O Plano de Governo da Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação de Porto Nacional foi discutido no dia 22 de julho de 2024, em um evento que contou com a participação ativa da sociedade civil, empresários, servidores e técnicos da assistência social, gestores municipais e a comunidade em geral. Durante o evento, foram apresentadas as ações realizadas pela gestão de Ronivon Maciel no período de 2021 a junho de 2024, destacando a necessidade de dar continuidade à política de assistência social.

Utilizando a metodologia de roda de conversa, o evento promoveu uma escuta ativa da comunidade. Dividida em sete eixos temáticos, a discussão permitiu expor as condições territoriais e as políticas implementadas. A população teve a oportunidade de sugerir melhorias para essas políticas. Os eixos abordados foram:

Políticas de Assistência Social;

Família e Comunidade;

Habitação

Participação Social e Controle Social;

Parcerias e Articulações;

Valorização dos Profissionais do SUAS;

Diversidade e Inclusão.

Este documento descreve detalhadamente cada um desses eixos, baseando-se na contextualização de cada área, nas ações realizadas pela gestão nos últimos três anos e meio, e nas sugestões acatadas pela comunidade. Essa análise detalhada é fundamental para identificar as áreas mais necessitadas e implementar políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

A execução de tais políticas enfrenta dificuldades adicionais devido à limitação de recursos financeiros e materiais, o que torna ainda mais urgente a necessidade de um planejamento cuidadoso e a busca por fontes de financiamento, seja por meio de parcerias com outras esferas do governo ou com organizações da sociedade civil.

Espera-se que, através deste aplicativo, os cidadãos tenham um acesso mais fácil e direto aos serviços de assistência social, sintam-se mais envolvidos e confiantes nas ações da SEMASH e que a gestão dos serviços socioassistenciais seja mais eficiente e transparente, resultando em um impacto positivo significativo na qualidade de vida da comunidade.

Compreendendo essas necessidades, o plano de governo 2025-2028 será direcionado para implementar ações e políticas que atendam de forma efetiva e equitativa às demandas da população vulnerável. Isso assegurará a continuidade, melhoria e ampliação dos projetos em andamento, fortalecendo a rede de proteção social e construindo uma cidade mais solidária e inclusiva.

PROPOSTAS

Com vistas a complementar as atividades presenciais oriundas da Secretaria de Assostência Social, a Prefeitura disponibilizará aplicativo para buscar informações dos serviços oferecidos pelo órgão, sendo:

Serviços Essenciais, Garantir e ampliar os recurso de benefícios eventuais, para melhor atender uma maior porcentagem de demandas do município, tais como:

Cestas Básicas

Auxílio Alimentação

Auxílio Funeral

Kit Bebê

Auxilio Viagem

Aluguel Social

Implantar o **Núcleo de Assistência Social** – NAS, no distrito de \luzimangues, para ofertar serviços de proteção básica do SUAS nas áreas de vulnerabilieade e risco social.

O **Programa ACESSUAS Trabalho** com foco em oportunidades de formação e qualificação profissional para famílias que recebem o Cartão AlimentAÇÃO e o Bolsa Família.

Acesso ao Portal do SINE MUNICIPAL com vagas de emprego e parceria com comércio local para ampliar as vagas de emprego.

SUAS Integrado: é uma iniciativa para expandir os serviços do SUAS de maneira itinerante, oferecendo uma abordagem integrada com saúde e educação. Esta proposta visa atender áreas remotas com serviços de qualidade, como zonas rurais, comunidades quilombolas e distritos.

Projeto Porto Delas: projeto dedicado a apoiar mulheres em situação de vulnerabilidade por meio de formação profissional para aumentar as oportunidades no mercado de trabalho com acompanhamento personalizado para definir metas e planos de carreira, e suporte de profissionais experientes para ajudar no desenvolvimento pessoal e profissional, com acesso ao Crédito Orientado: facilitação de crédito com acompanhamento para empreendimentos e iniciativas pessoais.

Criar a secretaria municipal da Mulher: Elaborar e executar serviços, programas e projetos de atendimento às mulheres.

Concluir o Centro de Referência da Mulher: Espaço destinado ao atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, proporcionando suporte psicológico, social, orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de violência.

Casa da Mulher Portuense: Ampliar os serviços e programas prestados pela Casa da Mulher Portuense com extensão para o Distrito de Luzimangues.

Programa de Apoio Familiar "Apoio e Crescimento": suporte personalizado para famílias em situação de vulnerabilidade, com foco em crianças e adolescentes com necessidades especiais e promover o fortalecimento das estruturas familiares.

Habitação:

a) Programa Habita Porto: Projetos de construção de novas moradias para famílias em situação de vulnerabilidade e reformas habitacionais com subsídios e apoio técnico para a reforma e melhoria de casas existentes, inclusive para servidores.

b) Casas populares: Promover parecerias, junto ao governo federal, por meio do programa "Minha Casa, minha vida" para a construção de casas populares para famílias carentes do município, tanto na sede quanto no Distrito de Luzimangues.

Cartão AlimentAção: Manutenção e ampliação do Cartão "AlimetAção" como subsídio às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, bem como oferecer a essas famílias e/ou indivíduos cursos de capacitação para a inserção no mercado do trabalho.

Juntos pela 1ª Infância: Integrar os serviços do SUAS com saúde e educação

para criar um suporte abrangente e coordenado que garanta o desenvolvimento pleno das crianças na primeira infância.

Projeto Envelhecer com Qualidade: Criar um ambiente de lazer e apoio onde idosos possam desfrutar de atividades recreativas e receber suporte de uma equipe multidisciplinar, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida.

Pessoa com deficiência: Implementar projeto de oportunidades para pessoas com deficiências para ocupação de emprego e renda; Garantir o cumprimento da legislação voltada ao segmento das pessoas com deficiência, pelo próprio poder publico e pela inciativa privada; estabelecer parcerias e convênios com entidades que tenham trabalho com este segmento; estabelecer o trabalho voluntário de assistência às pessoas com deficiência.

Centro de Convivência da Pessoa Idosa: Promover o bem-estar físico, mental e social dos idosos, proporcionando atividades recreativas, culturais e educativas que estimulem a integração social, a autonomia e a qualidade de vida, criando um ambiente acolhedor no qual os idosos possam compartilhar experiências, fortalecer vínculos e manterem-se ativos na comunidade.

QualificaJovem: Preparar os jovens para o sucesso no mercado de trabalho e na vida social por meio de capacitação profissional, desenvolvimento pessoal e inclusão social, ajudando-os a superar barreiras e alcançar seu potencial máximo**.**

Ampliar ações do Projeto Incentiva Porto: Ofertar formação continuada para as organizações sociais do municipio criar um banco de dados com o agro, empresas locais e regionais para fortalecer ações de Captação de Recursos para arrecadar recursos destinados a projetos sociais.

Projeto Portuense Mirim - Promover a inclusão social e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio de atividades educativas, culturais e de formação de habilidades, visando o fortalecimento das competências e a integração comunitária.

Projeto de Inserção no Mercado de Trabalho e Qualificação para LGBTQIA+: Criar um projeto específico para promover a inclusão de pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho.

Projeto de Inclusão e Capacitação para Igualdade Racial: Desenvolver um programa focado em promover a igualdade racial por meio de ações que incluam capacitação profissional, suporte empresarial para empreendedores negros, e programas de sensibilização sobre diversidade racial nas empresas e instituições.

Programa Social de Fortalecimento e Resgate da Autoestima: Incentivar o fortalecimento e resgate da autoestima dos cidadãos, especialmente jovens e adolescentes, através de ações educativas e preventivas realizadas nas escolas. O programa busca

combater o uso de drogas, prevenir o suicídio e fomentar uma cultura de apoio e bem-estar.

Valorização dos servidores:

a). **Plano de Educação Permanente:** Desenvolver e implementar um plano de educação permanente para os profissionais do SUAS, com o objetivo de promover o aprimoramento contínuo das habilidades e conhecimentos.

b) **Plano de Cargos e Salários:** Elaborar um plano de cargos e salários para assegurar a valorização e motivação dos profissionais do SUAS.

c) **Concurso Público:** Realizar concurso público para contratação de novos trabalhadores do SUAS, assegurando a reposição adequada de pessoal e a estabilidade da equipe, promovendo uma força de trabalho qualificada e permanente.

Programa "Cuidar de quem cuida": Estabelecer um plano de saúde e bem-estar, incluindo suporte psicológico e programas de saúde mental para os profissionais para os servidores da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Implantação de uma "Equipe-volante do CREAS" no Distrito de Luzimangues: Garatntir assistência especializada aumenando a capacidade de atendimento e a eficácia dos serviços prestados a indivíduos e famílias em situção de vulnerabilidade.

Centro de Referência Especializado para população em situação de rua: Fornecer apoio integral e serviços especializados de orientação e encaminhamento para a reintegração social para indivíduos em situação de rua.

Programa Cesta Verde: Promover a segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade por meio da distribuição de cestas com alimentos frescos e saudáveis, incluindo produtos orgânicos e locais, em parceria com a Secretaria de Agricultura do município.

Conselhos Municipais: Investir em melhorias na infraestrutura e na aquisição de mobiliário para a Casa dos Conselhos, garantindo um ambiente adequado para as reuniões e atividades. Apoiar e dar subsídios aos conselhos municipais vinculados à política de assistência social: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho Municipal da Mulher; Conselho Municipal LGBTQIA+; Conselho Municipal Antidrogas; Conselho Municipal de Igualdade Racial; Conselho Municipal do Idoso; Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Conselho das Políticas Penais; Conselho de Habitação e Interesse Social.

Conselho Tutelar: Implementar políticas de valorização, capacitação contínua, equipamentos e tecnologias adequadas para dar as condições de trabalho necessárias aos conselheiros tutelares da sede do municipio e do Distrito de Luzimangues.

Criação de um Aplicativo SUAS MÃOS AQUI – Esse Aplicativo é uma ferramenta inovadora desenvolvida para melhorar a gestão da Assistência Social e facilitar o acesso aos serviços disponíveis.

5.1.2 CULTURA, ESPORTE E LAZER

A cultura o esporte e lazer em Porto Nacional tem histórico de referência em âmbito Nacional. Percebe-se que os grandes eventos de shows e eventos de lazer têm tomado uma dimensão enorme na cidade, tomamos as medidas necessárias para que esse processo ocorresse, sem se desfazer do essencial que são nossas atividades culturais tradicionais e locais fortalecendo assim o protagonismo dos artistas locais.

O esporte também foi um dos aspectos que recebeu a devida atenção nestes 4 anos, com o planejamento de políticas públicas ampliou-se o atendimento, principalmente voltadas para as crianças, que outrora revelou grandes atletas, dando continuidade aos calendários desportivos será realizado o Plano Municipal das Políticas Públicas voltadas para o Esporte, que permitiu a elaboração de ações que de fato estão atendendo às necessidades da comunidade.

PROPOSTAS VOLTADAS AO ESPORTE MUNICIPAL

Ampliação do orçamento para as políticas públicas de esporte.

Criar uma lei que fixe um percentual mínimo dedicado às politicas públicas esporte e que seja viabilizado através do fundo Municipal do esporte unificando todas as leis existentes.

Estruturar Programas e Projetos de iniciação esportiva

Contratar atletas profissionais para prestar serviços de capacitação e formação técnica em práticas desportivas.

Criação do Conselho Municipal (Fórum) de Esporte em caráter deliberativo para ajudar na discussão e implementação das politicas voltadas aos desportistas.

Criar um política de assistência desportiva aos atletas de Badminton (transporte, uniforme e patriocinio para eventos)

Fortalecer os segmentos de esporte para que eles possam atuar em formato de cooperados ou associados facilitando a contratação direta das atividades nas diversas modalidades.

Buscar apoio do Agronegócio para financiar práticas desportivas

Buscar um fortalecimento para as práticas desportivas de voleibol

Contratar médicos, pisicologo e nutricionista para fortalecer os atletas nas escolinhas criando o dia “D”

Criar um campeonato especifico para incentivar práticas desportivas aos veteranos da cidade.

Fortalecer a prática desportiva e cultural para a capoeira não apenas no mês de

novembro

Ampliar sistema de iluminação dos espaços desportivos

Fortalecer as atividades desportivas no distrito de Pinheirópolis

Construção de equipamentos públicos voltados as atividades esportivas no distrito de Pinheiropólos (campo de futebol e areia)

Criar escolinha de iniciação esportiva no setor Vila Nova

Criar uma rede de arbritagem profissionalizada para viabilizar as atividades desportivas

Fortalecer e ampliar a participação da segurança pública nos campeonatos desportivos.

Criar o cargo de Diretor de Escolinhas de Futebol para integrar politicas desportivas integradas a assitência social, saúde e educação.

Criar Escolinha de Futebol no setor

Criar a seleção dos atletas de Porto Nacional em todas as categorias escolhidos através das escolinhas

Viabilizar uma area para a construção de campo de futebol no setor Imperial

Tornar fixo o calendário para realizar o campeonato municipal de Futsal

Fortalecer a atividade do futebol feminimo integrando ao masculino

Criar um intercambio escolar através de práticas desportivas visando a integração das escolas do campo

Criar mais campeonatos institucionais de base.

Melhorar e ampliar a limpeza e manutenção dos equipamentos públicos de esporte

Criar um programa institucional de transporte dos esportistas da cidade.

Campo Society gramado no setor São Francisco.

Criar um aplicativo ou site criando os calendários das atividades esportivas bem como funcionamento das escolinhas.

Manutenção e continuação dos projetos existentes.

PROPOSTAS VOLTADAS À CULTURA MUNICIPAL

- Revisar política de cachês para os artistas regionais

- Criar mapa de cultura

- Incluir a festa do Réveillon como tradição

- Retornar centro de artes promovendo instrutória.

- Criar reuniões trimestrais com o Secretário de cultura para a avaliação das atividades

- Criar reuniões semestrais com o prefeito para a avaliação das atividades

- Fazer o estudo de viabilidade para inclusão dos músicos da banda municipal nos editais das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc

- Efetivar sistema municipal de cultura

- Dar autoridade ao conselho de cultura por meio da lei municipal complementar

- Retomar o circuito de feira nos bairros, que insira todos os setoriais, agricultura, música, artes, capoeira etc.

- Formar Conselho Municipal de cultura e que o mesmo tenha o constante diálogo com a gestão

- Promover condições financeiras para apoiar a capoeira e demais setoriais que vão representar o município

- Promover a Semana do Folclore nas escolas da rede municipal de ensino (circuito)

- Criar mapa histórico que ande junto, saúde, educação, ação social e juventude

- . Unificar o calendário de ações da educação com as atividades culturais, como também as ações de todas as secretarias

- Fazer junção de todas as secretarias para promover semanalmente apresentações culturais

- Construir palco principal permanente na beira rio e na praia

- Promover transformação social, fornecendo mais recurso para os projetos sociais

- Criar Estratégia para incluir os jovens na cultura

- Incluir no calendário da secretaria da educação os projetos sociais que envolva a cultura

- Ter apoio e mais iniciativa das secretarias na promoção de cultura

- Criação do Centro de Artes (música, teatro, dança, capoeira, artesanato)

- Reativar o Festival da Canção de Porto Nacional

- Fazer estudo de viabilidade para criação de uma lei municipal de fomento que incentiva a cultura local

- Ampliar o “Natal de Luzes” com as cantatas para os distritos

- Instituir uma política de incentivo público para incentivo à publicação de obras literárias de autores portuenses

- Fortalecimento da FLIP - Feira Literária Portuense

- Desenvolver uma política de inclusão dos grupos da cultura popular nas programações oficiais do município (semana da cultura, natal, festas tradicionais, etc.)

- Implantação do Circuito de cultura nos bairros e distritos de Porto Nacional

- Promover a qualificação da classe artística por meio de workshop e oficinas

EDUCAÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR

5.1.3.1 EDUCAÇÃO

A Educação é um direito fundamental, garantida por Lei. Ela promove o desenvolvimento do país, cria oportunidades, gera emprego e renda, melhora a qualidade de vida do indivíduo, consequentemente aumentando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por meio da Educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural. O direito a uma Educação de qualidade é básico porque assegura o cumprimento de todos os outros direitos.

Em Porto Nacional-TO, com suas 29 escolas e 7.461 alunos matriculados desde a educação infantil até a EJA, apresentamos a análise das propostas, que reflete o sentimento da sociedade. Contudo, sabemos que propor ações na área educacional exige comprometimento e responsabilização da gestão municipal, dos órgãos gestores e da sociedade civil. É fundamental refletir sobre os desafios da implementação das políticas públicas na educação, considerando o contexto de desigualdades sociais, econômicas e culturais das comunidades locais.

Nestes quatros anos que se encerram foi implantada nas escolas o ensino da Língua Inglesa, enquanto a Língua Espanhola não foi implementada. Essa limitação aponta para a necessidade de uma revisão e possível reavaliação dos recursos e estratégias empregados, a fim de garantir que a proposta original seja plenamente realizada.

O maior desafio enfrentado pela atual gestão foi o período da pandemia, neste momento foi implementado o Projeto Porto Aprendendo Mais. Este projeto foi uma iniciativa fundamental dentro do Plano Estratégico Institucional, que garantiu a continuidade da educação em tempos desafiadores. Por meio dele, foi oferecido suporte educacional aos alunos, utilizando ferramentas digitais e metodologias híbridas assegurando que a aprendizagem não fosse interrompida. A proposta foi criou um ambiente de aprendizagem dinâmico e inclusivo, adaptado às necessidades dos estudantes durante a crise sanitária, contribuindo para seu desenvolvimento integral e bem-estar.

PROPOSTAS:

Ampliar a oferta de escola em tempo integral na zona rural, pois hoje temos a escola Ercina Monteiro, Faustino Dias, Eulina Braga e uma em pedagogia da alternância (Chico Mendes).

Essa iniciativa visa não apenas ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, mas também proporcionar uma formação mais abrangente e alinhada às demandas locais, preparando-os para contribuir com o desenvolvimento econômico e sustentável da região. A reforma curricular, focada em educação ambiental e economia criativa, busca fomentar habilidades e conhecimentos essenciais para a construção de uma sociedade mais consciente e inovadora.

Ampliar a oferta de escola de tempo integral na rede urbana, melhorando as estruturas físicas existentes.

Aderir ao programa do Governo Federal na implantação das escolas de tempo integral.

Implantar CEMEI no setor nacional.

Ampliar as unidades de ensino para melhor atender a demanda escolar em todos os níveis sendo: ensino fundamental e educação infantil (creches), e construção de novas unidades de ensino, uma vez identificada a demanda;

Objetivo: fazer estudos e pesquisas sobre a demanda escolar (necessidade de

construção ou de ampliação de novas escolas), em todos os bairros, para elaboração e adequação do plano orçamentário e/ou captação de recursos nas estâncias diversas.

Implantar a Escola do Futuro (Escola Digital Modelo), com a inclusão de atividades esportiva (artes marciais, cênicas e lazer).

Objetivo: estruturar e aparelhar uma unidade escolar com recursos humanos e tecnológicos, que favoreçam um estudo diferenciado e inovador, garantindo acesso à cultura digital tanto a professores, como aos alunos, à comunidade, à indústria e ao comércio, pela criação de programas específicos.

Ampliar nas demais unidades escolares a jornada ampliada.

Implementar biblioteca itinerante.

Programa Bolsa Escolar: Ofertar material didático pedagógico (kit pedagógico e uniforme), para toda a rede.

Ampliação da oferta de polos de educação EJA, atendendo adesão ao pacto com o Governo Federal, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Instituto Federal do Tocantins (IFTO) para formação de professores à aprendizagem, em Porto e no distrito de Luzimangues. **Objetivo:** favorecer aos estudantes do EJA, a oportunidade de conhecimentos práticos, que facilitem a inserção no mercado de trabalho, bem como ampliar o conhecimento dos que estão inseridos no mercado de trabalho.

Programa Evasão zero: Implementar o Programa Busca Ativa, para evitar a evasão escolar garantindo a continuidade dos estudantes na rede.

Objetivo: manter a equipe multidisciplinar (professores/profissionais), para realizar visitas às famílias, e dar a atenção necessárias para cada caso identificado.

Integração Educação e Segurança: Implementação de instalação de câmeras nas unidades educacionais, com reforço de vigias diurnos e noturnos intensificando a segurança dos educandos.

Objetivo: trabalho em parceria com a secretaria de segurança, para identificar e combater situações que fogem à competência da educação.

Ampliar a oferta da Educação inclusiva, com mais salas de AEE, assegurando a educação para crianças com necessidades especiais e reforçar a parceria com a APAE com a extensão da mesma em Luzimangues.

Objetivo: estruturar as escolas (acessibilidade, equipamentos, formação profissional), para atender alunos com necessidades especiais, a exemplo do autismo, para o aprendizado conjunto, com as demais crianças, criando uma cultura igualitária eliminando a discriminação e o preconceito.

Ampliar a parceria com o CEMAM (Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar) para atendimento de crianças com TEA, incluindo Psicopedagogos e Neuropsicopedagogos, visando melhorar o suporte e atendimento aos alunos.

Implementar a central de matrículas, para atender as demandas escolares da rede municipal, com suporte da SEMED.

Objetivo: buscar o atendimento de 100% das vagas demandas, passando todo o processo de matrículas pela central, a fim de melhor distribuir e atender a demanda existente.

Criar e implementar a plataforma moodle, para a formação permanente de professores e administrativos.

Implementar e ampliar os laboratórios de inovação tecnológica como ferramentas

pedagógicas, nas unidades escolares.

Instalação de câmeras de segurança nos estabelecimentos educacionais.

Contratação de vigias diurnos para reforçar a segurança.

Ampliar a contratação de profissionais de apoio para crianças e estudantes com deficiência, visando oferecer um ambiente inclusivo e de suporte adequado.

Implantar o Programa Educação em Destaque.

Objetivo: reconhecimento das melhores práticas, com premiação e promoção de profissionais e alunos.

Cumprir o Plano Municipal de Educação apoiando e fortalecendo os Conselhos.

Garantir a Política de valorização dos profissionais da rede, conforme legislação do PCCR.

Realizar seleção para ocupação de cargos e funções técnicas e pedagógicas com aproveitamento dos efetivos por reconhecimento de saberes e competências;

Implantar o incentivo de gratificação para o docente em regência.

Promover a valorização profissional, por meio do desenvolvimento do programa de formação dos trabalhadores da educação e agilidade nos processos de benefícios de carreira.

Implantar Programa Qualidade de Ensino na rede municipal

Ofertar um programa de qualificação de professores e demais profissionais da educação, em parceria com IES, com sistema de bolsa, a fim de melhorar a qualidade de ensino.

Implantar parecerias com IES, para oferta de sistema de bolsa estagiária;

Criação e implementação da plataforma Moodle.

Criação do site.

Ampliar o serviço do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) com financiamento do Governo Federal que oferece conexão gratuita via satélite na zona rural.

Construção de mais duas creches no distrito de Luzimangues.

TRANSPORTE ESCOLAR

O Transporte Escolar, como atividade acessória à educação, é um direito que todo cidadão possui e é resguardado pela Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 6º (BRASIL, 1988). Porém, apenas a educação gratuita não garante a permanência do aluno na escola, especialmente em zonas rurais.

Para garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes, o Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) mantém dois programas de apoio ao transporte escolar para alunos da educação básica que residem na zona rural (Caminho da Escola e PNATE).

PROPOSTAS:

Promover a atividade acessória de transporte escolar de maneira eficiente e eficaz aos estudantes, garantindo o funcionamento desse sistema.

Implantar novas rotas e adaptação dos veículos para melhor atender às necessidades dos estudantes, conforme demanda.

Cumprir as normas e procedimentos do transporte escolar municipal já instituída e publicada.

Controlar e fiscalizar o Transporte Escolar em parceria com CACS (Conselho de Acompanhamento e Controle Social) do FUNDEB do município.

Atualizar o banco de dados com mapas de localização das rotas escolares, visando otimizar o transporte e garantir a segurança dos alunos.

Adquirir veículos novos

Implantar GPS e câmeras nos veículos

HABITAÇÃO

A política municipal portuense de habitação articula acompanhamento e avaliação do déficit habitacional, além de formular e propor os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação, com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia.

PROPOSTAS:

Prover construção de novas unidades habitacionais, a fim de reduzir o déficit habitacional e implantar modernos sistemas de economia e reuso de águas e energia solar, atualmente o município possui 100 unidades contratadas e mais 200 em processo de contratação;

Implementar a regularização fundiária de áreas já ocupadas;

Garantir o acesso da população com renda de até 03 (três) salários mínimos e servidores municipais aos programas habitacionais, garantindo o percentual da pessoa com deficiência e idoso;

Implantar parceria com programa MINHA CASA MINHA VIDA, de financiamento de novos empreendimentos habitacionais no município de Porto Nacional e no distrito de Luzimangues que já possui terreno público para a captação dos recursos necessários.

MEIO AMBIENTE

A Política Municipal de Meio Ambiente instituída pelo decreto n°. 583 de 12 de junho de 2017, tem como premissa a promoção da gestão dos recursos hídricos, o gerenciamento

dos resíduos sólidos, o saneamento ambiental e a construção de espaços ambientais de lazer.

A proposta é avançar e inovar, fortalecendo cada vez as atividades de reciclagem, educação ambiental, bem como regras de proteção ambiental e fiscalização, fazendo com que todos os resíduos gerados na cidade seja ela doméstico, reciclável ou inerte tenha a sua disposição ambientalmente de forma adequada.

PROPOSTAS

Ampliar programa ambiental “Recicla Porto” utilizando a política dos 3 Rs (reduzir, reutilizar e reciclar), dando destino correto ao lixo produzido no município e incentivar e fortalecer o empreendedorismo através da cooperativa de catadores de materiais recicláveis, com a finalidade de vender produtos recicláveis, fomentando a geração de emprego e renda local, atualmente 33 famílias vivem diretamente desta atividade;

Incentivar a cadeia de energias limpas, como a energia solar, e ampliar a usina fotovoltaica municipal.

Fomentar programas e políticas de gestão sustentável, para otimizar o uso da água e do solo, no meio urbano e rural, com ferramenta de preservação do meio ambiente;

Fortalecer a Educação Ambiental (palestras, oficinas e seminários), junto aos bairros e associações;

Apoiar às entidades e movimentos organizados não governamentais de proteção aos Animais e Meio Ambiente;

Implementar políticas integradas de preservação das áreas ambientais que se encontram em risco na região do Ribeirão São João, com estratégias de despoluição e recuperação dessas áreas (solos e nascentes) com os demais eixos;

Promover política de conservação e uso sustentável das áreas de parques e reservas de por meio de Gestão Consorciada;

Realizar constante reavaliação das ações executadas de recolhimento do lixo, ampliar ações para cobertura da coleta no município, ampliando a coleta seletiva;

Implantar o aterro municipal de resíduos inertes e de podas e galhadas

Promover ações de conscientização popular participativa nas intervenções ambientais de (valorização, preservação e recuperação) da qualidade do meio ambiente, paisagismo, recursos naturais e arquitetônicos históricos da cidade, através do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Ampliação e melhoria na coleta seletiva de lixo

Objetivo: melhorar os serviços de coleta de lixo, bem como identificar locais/bairros, onde o serviço não se encontra disponível, bem como conscientizar a população sobre o tratamento e seleção do lixo doméstico, criando uma cultura sustentável.

Eco ponto: Ponto estratégico da coleta seletiva de lixo

Objetivo: destinação adequada dos resíduos passíveis de reciclagem, estudar a situação atual da coleta de lixo e definir local ou pontos estratégicos para a população destinar material reciclável, tais como: papel, papelão, plástico, vidro, alumínio e isopor.

SAÚDE E SAÚDE ANIMAL

A política da saúde é um direito social previsto no Artigo 6º das Constituição Federal, e instituído pela Lei Nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, que regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou Privado, sendo um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício de forma universal e igualitário.

5.1.6.1 SAÚDE

A saúde em nosso município teve avanços significativos, o que reduziu situações com bastante vulnerabilidade, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) quase todas já reformadas bem como a ampliação dos serviços através de novas UBS já inauguradas na atual gestão, foi promovida a informatização das UBS em pleno 2021.

PROPOSTAS:

Ampliar e garantir o financiamento das aquisições dos equipamentos de tecnologias de informação e comunicação para implantação do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde – PIUBS, previsto por força da legislação da política de saúde;

ATENÇÃO PRIMÁRIA

Garantir a análise da viabilização da criação do cargo de gerência de saúde em todas as Unidades Básicas de Saúde, afim de reduzir a sobrecarga da equipe assistencialista.

Adquirir uma Unidade Móvel de Saúde UOM para o Distrito de Luzimangues para atender os munícipes da região.

Implantar um “Posso Ajudar?” Nos serviços de saúde para realizar o acolhimento aos usuários dos serviços.

Criar, implementar e divulgar os fluxogramas da rede de atenção à saúde – RAS.

Instituir incentivos de reduzir turnover de profissionais.

Realizar reformas e revitalização das unidades rurais para melhorar as condições trabalho dos servidores da zona rural.

Inserir no organograma um ASG nos serviços de zona rural.

Implementar os profissionais de educação física nas unidades de saúde. (Ampliar a Academia da Saúde em mais unidades de saúde em parceria com a Secretaria do Esporte.)

Fortalecer grupos de saúde do idosos para um envelhecimento saudável.

Estruturar e organizar equipes de saúde, para atendimento às demandas extraordinárias.

Implantar uma equipe de saúde prisional exclusiva para atendimento aos privados de liberdade.

Incluir critérios de credenciamento para prestadores de serviços: reduzir o tempo (máximo de 24h) de manutenção corretiva e preventiva dos aparelhos e equipamentos dos serviços de saúde.

Instituir um local de depósito de lixo (demanda da Secretaria de Meio Ambiente).

Buscar junto ao Ministério da Saúde, alternativas para implantar atendimento ampliado (Unidade Mista) no distrito de Pinheirópolis (atendimento até 00h).

Realizar processo seletivo de agentes de saúde para ampliar cobertura das ações (objetivo de atingir 100% de cobertura).

Ampliar os horários de funcionamento das UBS (7:00 às 19:00h), facilitando o acesso da comunidade.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Ampliar especialidades médicas.

Implantar sistema de informação PEC integrado para média e alta complexidade.

Ampliação dos serviços do acesso aos exames de imagem e laboratoriais do município, garantindo uma saúde de qualidade.

Implantar uma Equipe de Saúde Mental no Distrito de Luzimangues.

Ampliar a base do SAMU para o Distrito de Luzimangues.

Ofertar o serviço de atendimento especializado em odontologia no Distrito de Luzimangues.

Implantar sala de fisioterapia nas regiões norte e sul, e no distrito de luzimangues.

Aumentar oferta de exames de média e alta complexidade.

Zerar as filas de espera realizando mutirões de exames e consultas

Criação de comissões na UPA (Revisão de prontuário e outras), buscando a qualificação dos serviços.

Implantar Ponto de Apoio, aos munícipes da zona rural e distritos.

Implantar CAPS AD III - Centro de Atenção Psicossocial do município, garantindo a proteção e o direito de pessoas portadoras de transtornos mentais.

Ampliação do CMAM – Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar

GESTÃO EM SAÚDE

Implantar o Programa Saúde em Destaque.

Objetivo: reconhecimento das melhores práticas, com premiação e promoção de profissionais e instituições da saúde.

Ampliação e estruturação da clínica da mulher.

Implantar nos serviços de urgência e emergência instrumentos que facilitem o atendimento (pulseiras de classificação de risco e painéis para chamar os pacientes).

Implantar equipe de TI exclusiva para a Rede Municipal de Saúde.

Implantar um sistema de lavanderia centralizado para atender toda a Rede Municipal de Saúde.

Implantar uma central de Call Center para realizar a busca ativa dos pacientes regulados.

Alterar a localização da Casa de Especialidades e Regulação de Luzimangues para um local mais estruturado e ampliado.

Criar uma equipe multidisciplinar e integrada entre as pastas da Saúde, Meio Ambiente e Educação, visando criar uma rede de educação ambiental para conscientização de jovens e adultos.

Ampliação e estruturação da sede da SEMUS, dando ênfase para um local específico para o complexo de regulação.

Adquirir veículo para utilização exclusiva do complexo regulador para atendimento da sede e do distrito de Luzimangues.

Atualização da tabela de gratificações dos cargos de confiança (Secretário, Superintendente, Diretores, Coordenação e Gerência).

Buscar recursos para construção de prédio próprio para o CMAM, VIGILÂNCIAS.

Valorização dos servidores da saúde através de melhores salários

Implantação da sala de raio-x no distrito de luzimangues e adquirir um aparelho para UPA.

Credenciar clínica no distrito de luzimangues para realizar exames de USG, e cardiológicos (ECO, HOLTER, MAPA)

Adquirir ambulância para as unidades de Urgência e Emergência.

Pagar insalubridade para todos os cargos competentes.

Construção de novas UBS, no setor Imperial, Jardim do Porto, Jardim Querido, Alto da Colina e Novo Planalto.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Adquirir veículo para distribuição de medicamentos e insumos.

Implantar Farmácia Básica na região sul do município para atender a população vulnerável.

Adquirir uma Farmácia Básica móvel para regiões vulneráveis e acompanhar ações extramuro.

Estruturar/ampliar a estrutura física da Central de Abastecimento Farmacêutico, atendendo às normas reguladoras.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Implantar o NACCZ na Sede de Porto Nacional

Implantar um anexo do NACCZ no distrito de Luzimangues.

Implantar uma coordenação de animais errantes na Secretaria do Meio Ambiente.

Ampliar a equipe de controle químico do Distrito de Luzimangues.

Estruturação e ampliação dos serviços de Vigilância em Saúde no Distrito de Luzimangues.

Adquirir veículos exclusivos para o controle químico e centro de zoonose para a Sede e para o Distrito de Luzimangues.

Estruturação e fortalecimento da equipe de educação em saúde.

Reestruturar o laboratório de endemias e a coordenação de vigilância de endemias, local especifico.

5.1.6.2 SAÚDE ANIMAL

A política da Saúde Animal é um direito fundamental de efetividade de proteção aos animais, além de normatizar as ações com foco no bem-estar animal, para evitar os maus-tratos e condição de vulnerabilidade epidemiológica do município.

PROPOSTAS

Providenciar um "**Programa de Unidade Móvel Veterinário**" para desenvolver ações com base nos indicadores, para o atendimento da comunidade, com cobertura urbana e rural;

Reestruturar e ampliar o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), transformando em "**Centro Integrado Hospitalar Veterinário e Cuidados dos Animais**" para atender os serviços veterinários e cuidados dos animais permanentes de (atendimento clínico, exames laboratoriais e de imagem, consultas veterinárias, microchipagem e castração), diretamente para cães e gatos das ONGs no município;

Incentivar a realização de eventos (caminhada, desfiles) pelos segmentos que defendam e garantam política para proteção aos animais, como também ações de adoção dos animais em poder do "Centro Integrado Hospitalar Veterinário e Cuidados dos Animais;

Promover programas educativos de guarda responsável, em parceria com (escolas, unidades de saúde, centros esportivos e organizações não governamentais);

Criar o sistema automatizado dos dados referente os animais, para monitoramento e planejamento das ações a serem desenvolvidas;

Ampliação dos serviços de castração no município.

Adquirir veículos adaptados para o recolhimento dos animais doentes da sede e do distrito de luzimangues.

Matriciamento dos animais em situação de rua para análise e providência.

Criar a Coordenação em Proteção e Defesa do Animal junto a Agência Municipal de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos e Meio Ambiente com trabalho alinhado junto as demais secretarias do município.

SEGURANÇA ALIMENTAR

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem papel central na agenda pública brasileira. Suas concepções vêm sendo debatidas no cenário nacional e internacional mais intensamente desde a década de 90, porém, seu principal marco histórico é a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006 (LOSAN - Lei 11346), que cria o Sistema Nacional de SAN (SISAN) e estabelece as bases para a construção da Política Nacional e do Plano Nacional de SAN. (Brasil, 2006)

PROPOSTAS

Aprimorar e ampliar as políticas públicas para Promoção da Alimentação Saudável, no município e promover a intersetorialidade;

Articular e estimular o controle social por meio da Criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

Desenvolver projetos em parcerias com iniciativas públicas e privadas para alimentação saudável;

Desenvolver projeto de apoio técnico e distribuição de sementes;

Ampliar viveiro de mudas para distribuição e programa de horta comunitária e desenvolver projeto de compra direta dos produtores locais;

Implantar o programa bolsa nutrição;

Exigir o uso adequado das embalagens dos produtos hortícolas para garantir o sabor, a aparência e a segurança alimentar do produto pelo produtor.

Criar Programa Hortas e pomares Urbanos

Objetivo: estudar e disponibilizar à população áreas públicas para criação de hortas e pomares, visando a produção de alimentos saudáveis.

SEGURANÇA

A política de segurança pública municipal, estabelece a ordem social através de diretrizes integradas das forças de segurança no combate (violência e criminalidade), garantindo à população um ambiente cada vez mais seguro, além de uma cidade mais humana e organizada.

PROPOSTAS:

Aumentar nosso efetivo da Guarda Municipal, e buscar junto ao Governo do Estado o aumento do efetivo das policias Civil e Militar;

Implantar a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil, e suas ramificações;

Implantar o “disc” urgência da Guarda Municipal, telefone 153;

Desenvolver ações de Inteligência de Segurança Pública em cooperação com a Polícia Militar e Polícia Civil;

Ampliar a parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública visando diminuir a criminalidade e tráfico de drogas no município;

Criar e introduzir o programa “ANJOS DA GUARDA” específico para segurança nas escolas, contra drogas e outros delitos;

Construir sede própria para a Guarda Municipal – o tão sonhado Quartel da Guarda Municipal;

Instalar câmeras de monitoramento nas escolas para controlar o fluxo de pessoas alheias ao ambiente, reduzindo assim, a comercialização de drogas;

Atuar na prevenção do uso e comercialização de drogas nos parques, praças e vias públicas da cidade;

Prover investimentos em ferramentas inteligentes de vigilância eletrônica;

Elaborar diagnósticos (efetivo, estrutura, viaturas, equipamentos, uniformes e armas) para implementar políticas efetivas de segurança do município;

Promover ações preventivas e/ou ostensivas – se necessário - voltadas para segurança da população, por meio de patrulhamento preventivo pela Guarda Municipal;

Implementar um aplicativo de informações das patrulhas de rondas noturnas, com o plantão de serviços de iluminação pública, para informar a localização da falta de iluminação para a imediata manutenção do serviço, garantindo a segurança da cidade;

Ampliação do patrulhamento municipal em toda cidade e distritos e implantar patrulha rural e ambiental;

Criar polos de segurança comunitária, instalar câmeras nos setores comerciais e uma delegacia 24 horas em Luzimangues em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública;

Implantar no Distrito de Luzimangues, a Sub-Sede da Guarda Municipal e Departamento de Trânsito, com atendimento aos profissionais do trânsito, com Guardas de plantão 24 horas;

Garantir a segurança de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social e daquelas vítimas de qualquer tipo de abuso ou violência;

Implantar o sistema municipal inteligente de vigilância eletrônica, em vídeo monitoramento, integrando sistemas já existentes, públicos e privados, e ampliando para as áreas definidas, com a garantia por meio de legislação específica quanto a proteção ao uso indevido de imagem e violação da privacidade;

Desenvolver política de segurança preventiva nas áreas rurais e dos bairros e centros comerciais, com participação efetiva da Guarda Municipal e da Polícia Comunitária;

Firmar uma parceria em prol das demandas de segurança no município de Porto Nacional, juntamente com o Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) de Porto Nacional e demais instituições de segurança existentes no município;

Promover com efetivas parcerias, a exemplo das ações do CONSEG, um sistema de atendimento à mulher, com gestão de uma equipe multidisciplinar que agirá no atendimento a mulheres vítimas de violência no âmbito familiar e como mediadoras de conflito na comunidade;

Promover as parcerias para execução do projeto Carteira Nacional de Habilitação (CNH) solidária, a qual atenderá as comunidades carentes na viabilização da CNH;

Viabilizar o projeto de Escolinhas de Futebol cívico-militar visando à utilização dos aparelhos esportivos existentes no município aliados as atividades cívicas, na prevenção à criminalidade e na construção da cidadania;

Implantar “Gabinete de Gestão Integrada (GGI) ”, responsável pela integração de todas esferas da segurança pública;

Realizar a capacitação aos agentes da Defesa Civil Municipal, agentes Brigadistas de Combate a Incêndios, realizar oficinas, palestras educativas, campanhas locais e nacionais pela Defesa Civil;

Implantar Patrulha MARIA DA PENHA;

Implantar lâmpada LED para toda iluminação pública

Objetivo: substituir gradativamente a iluminação pública por lâmpadas LED, ampliando a iluminação em local não contemplado e melhorando a qualidade de iluminação à população, bem como reduzindo significativamente o custo de iluminação.

TRABALHO

A Política do trabalho tem como premissa regular a relação entre empregador e trabalhador, fortalecendo o mercado de trabalho para a geração do emprego e renda e estabelecer diretrizes que garanta a Inserção e recolocação do trabalhador no mercado do trabalho, com a promoção da capacitação e qualificação profissional.

No acumulado do ano de 2024, os números de Porto Nacional já alcançaram um saldo positivo de 356 empregos em apenas dois meses. A cidade também vem desfrutando de um período de avanços econômicos, pois de 2021 a 2023 a quantidade de postos formais de trabalho foi ampliada em 30%, com 2,2 mil novos empregos. Atualmente, o total de empregos formais em Porto Nacional já é de 10.404. No final de 2020, o número era de 7.863.

Porto Nacional no ano de 2024 voltou a criar 10% das vagas formais de emprego do Tocantins, esse incremento resultou no aumento de 233% das vagas formais de emprego, a Secretaria de Desenvolvimento através projeto Emprega Porto ampliou interlocução com empresários ajudando milhares de pessoas que estão à procura de um emprego a encontrarem uma vaga adequada conforme a capacitação e potencial exigidos pelas empresas, disponibilizando as informações por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

PROPOSTAS:

Firmar parcerias e convênios com os sistemas (SINE, SESI, SENAI, SENAC e SENAR) em parceria com a escola de gestão municipal para promoção dos cursos de capacitação e qualificação profissional;

Firmar parceria com o Posto do SINE de Porto Nacional, por meio da Secretaria Estadual de Assistência Social, para extensão dos serviços de intermediação de mão de obra em Porto Nacional e distrito de Luzimangues;

Fortalecer e ampliar a infraestrutura do Parque Industrial de Porto Nacional, para atrair novos investidores da cadeia produtiva existente e promover cursos de qualificação e capacitação profissional aos trabalhadores, para a atender a demanda do mercado do município;

Fortalecer a agenda de eventos do município como as feiras de negócios temáticos, fortalecendo a cadeia produtiva da região para gerar emprego e/ou renda, com parceria com o segmento, com a finalidade de atrair investidores;

Incluir a juventude LGBTQIA+ nos programas governamentais de capacitação e qualificação para o trabalho;

Finalizar a infraestrutura do polo multisetorial;

Revitalizar e fomentar as feiras-livres no município, com parceria público e privado para geração de emprego e/ou renda;

Prover a revitalização do Centro Histórico da cidade, implantar atrações para fomentar o turismo no município, com a geração de emprego e/ou renda;

Promover e incentivar capacitação para profissional do ramo do turismo (guia turístico, profissionais do ramo de hotelaria, restaurantes e bares), para inserção no mercado de trabalho;

Restabelecer a confiança dos empresários para implementação das compras governamentais das micro e pequenas empresas em até 25% do volume de compras da prefeitura visando estimular a economia local e a geração de empregos e/ou renda, com transparência no processo de compra;

Implantar o Programa de formalização das atividades por meio do Microempreendedor, em parceria com o SEBRAE, para estimular o empreendedorismo formal e garantia social do empreendedor;

Prover um Centro de Convenções para o Distrito de Luzimangues, para estimular eventos de grande porte para geração de emprego e/ou renda;

Estimular a organização de redes de empreendimentos econômicos solidários, aperfeiçoar e valorizar as cooperativas, como geração de emprego e/ou renda;

Estimular a inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho público e privado;

Promover a criação, formalização e a competitividade entre micro e pequenas empresas estabelecidas na cidade com ações e metas de campanha municipal, estimulando a geração de emprego e/ou renda;

Criação do Programa Formação de Empreendedores

Objetivo: formar através de cursos específicos e incentivar a população que se encontra fora do mercado de trabalho, através de parcerias efetivas, contemplando no projeto de formação, a gestão, o conhecimento técnico e o fomento para criação da sua pequena empresa.

5.1.10 MOBILIDADE URBANA

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (PMMU), instituída pela Lei 12587/12 de 03 de janeiro de 2012, estabelece princípios, objetivos e diretrizes que contribuem para o desenvolvimento urbano, por meio de planejamento e gestão democrática do Sistema Municipal de Mobilidade e Serviços Urbanos, assegurando a acessibilidade universal, da qualidade de vida e do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais do município.

PROPOSTAS:

Implantar os serviços de transporte público coletivo urbano na sede municipal;

Estimular a concessionária Expresso Miracema, com a adesão ao programa de

"**Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano – REFROTA**" junto ao Governo Federal, para aquisição de ônibus, na parceria público privado;

Executar a revisão do Plano Diretor e a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, que já possuem recursos públicos assegurados através do Banco Interamericano de Desenvolvimento Regional – BIRD

Fortalecer e ampliar as ações de fiscalização e regulação do sistema do transporte público municipal;

Garantir acessibilidade e segurança no sistema de transporte coletivo urbano;

Ampliar os projetos de segurança viária para o entorno de todas as escolas públicas do município e nos bairros;

Implementar instalação de novas praças e equipamentos semafóricos para veículos e pedestres em cruzamentos e travessias conflituosas;

Revitalização da Rodoviária, fornecendo mais segurança e conforto aos passageiros e seus acompanhantes, e promover parcerias para implantação dos serviços públicos no âmbito federal, estadual e municipal, ao cidadão denominado "Tem de Tudo Cidadão" (Segurança Pública, DETRAM, PROCOM, SINE, PORTO RAPIDO, Etc.) no espaço da Rodoviária;

Reestruturar o sistema eletrônico de controle operacional, constituído por central semafórica inteligente, monitoramento por câmeras e painéis de mensagens variáveis, interligado ao sistema de software de segurança integrado;

Ampliar os serviços de sinalização na zona urbana, no distrito de Luzimanges e zona rural do município, com implantação de sistema de vídeo monitoramento;

6 EIXO TEMÁTICO DA ECONOMIA

ECONOMIA

A Economia do município de Porto Nacional, demonstra uma concentração e especialização (potencial) maior nos setores (comercial, serviços, turismo, administração pública e agropecuária), sendo que nos últimos anos o Agronegócio se destaca como principal economia local, aquecendo toda cadeia da economia local.

PROPOSTAS:

Manutenção e Não Interrupção dos Serviços

Garantir a continuidade dos serviços essenciais na zona rural, como o atendimento de maquinário e outros serviços fundamentais.

Manutenção e Melhoria das Estradas Vicinais

Realizar a manutenção e melhorar a infraestrutura das estradas vicinais, incluindo a construção e reforma de pontes e bueiros. Especificamente:

Construir e reformar pontes e bueiros conforme necessário.

Agricultura e Pecuária

Apoio à Produção Leiteira e Outras Cadeias Produtivas

Incentivar a produção leiteira com a instalação de resfriadores e apoio técnico. Incentivar a produção das cadeias produtivas de leite, carne, fruticultura, piscicultura, hortifruticultura, agroindústria de alimentos e ovino caprinocultura.

Alavancamento da Produção e Comercialização

Promover estratégias para aumentar a produção e vendas, com suporte para melhorias na infraestrutura e gestão.

Reformar as 3 feiras municipais;

Implantar e implementar mais 2 feiras municipais: Feira no Setor Alto da Colina e setor Novo Planalto

Estruturação do Solo e Recuperação Ambiental

Implementar programas de gradagem, análise de solo e recuperação de solos, pastagens e reservas legais.

Realizar estudos de potencialidades de atividades e levantar diagnósticos para reestruturação da malha viária e escoação dos produtos.

Assistência Técnica e Equipamentos

Oferecer assistência técnica e veterinária especializada e implantar um programa de assistência com tratores e implementos para pequenos produtores.

Disponibilizar pulverizadores, roçadeiras e caminhões para apoiar os pequenos produtores.

Capacitação e Profissionalização

Ampliar a capacitação e profissionalização no meio rural, com programas de extensão nas escolas e apoio ao associativismo e cooperativismo.

Incentivo ao Desenvolvimento e Inovação

Incentivar a iniciativa privada para a abertura de mercados estadual e nacional, criando centros de negócios para produtos locais.

Promover a implantação de hortas comunitárias, pomares e novas culturas com viabilidade econômica e produtiva.

Desenvolvimento Social e Comunitário

Promoção da Juventude e Atividades Esportivas

Desenvolver políticas públicas para fixar jovens na zona rural e promover atividades esportivas, como a construção de um campo de futebol Society.

Educação e Transporte escolar

Melhorar o transporte escolar e garantir que todas as crianças da zona rural tenham acesso adequado à educação.

Apoio às Atividades Culturais e Religiosas

Apoiar e promover atividades culturais e religiosas na comunidade rural.

Saúde e Bem-Estar

Acesso e Ampliação do Atendimento de Saúde

Garantir o atendimento de saúde mensal, com foco nos meses de julho e dezembro, e buscar a ampliação do acesso a especialidades médicas.

Segurança e Emergências

Estruturação de Brigadas de Incêndio

Criar brigadas de incêndio para a zona rural e garantir resposta rápida a emergências.

Patrulha Rural e Segurança

Solicitar a presença de patrulhas rurais e implementar rondas regulares em nas comunidades rurais para aumentar a segurança.

Gestão Ambiental e Recursos Naturais

Licenciamento Ambiental e Recuperação

Institucionalizar um programa de licenciamento ambiental e outorga da água (DUI).

Fazer levantamento de áreas ambientais em risco e criar mecanismos para despoluição e recuperação.

Apoio à Agroecologia e Sustentabilidade

Fomentar práticas agroecológicas e promover ações integradas de educação ambiental e combate a queimadas.

Desenvolvimento da Piscicultura

Promover o desenvolvimento da piscicultura, através de parcerias, com órgãos e instituições de ensino e pesquisa.

Infraestrutura e Equipamentos comunitários

Construção e Manutenção de Poços Artesianos

Construir e manter poços artesianos para pequenas propriedades e promover a perfuração de poços nas comunidades.

Incentivo à Produção e Empreendedorismo

Programas de Incentivo e Fomento

Implantar programas de incentivo e fomento para aquisição de equipamentos agrícolas e apoiar projetos de empreendedorismo.

Incentivar a produção e comercialização de produtos agropecuários com signos distintivos e visibilidade nacional.

Fundo de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Criar um Fundo de Fortalecimento da Agricultura Familiar e promover o Agro Crédito anualmente.

Gestão e Implementação

Fortalecimento da Secretaria de Agricultura

Reestruturar e fortalecer a Secretaria de Agricultura, devolvendo sua autonomia e mantendo um trabalho integrado com cooperativas, universidades e associações.

Monitoramento e Avaliação

Implementar um sistema de monitoramento e avaliação para garantir o cumprimento dos objetivos e a eficácia das ações propostas.

Programas de Capacitação e Extensão

Promover dias de campo a cada seis meses e estimular a formação de produtores com qualificação em programas de extensão.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Política de Desenvolvimento Econômico promove diretrizes por intermédio do conjunto de ações realizada pelo poder público, de ajuste institucional, fiscal, jurídico e incentivo que, para atrair o empreendedorismo, investimento e inovação, gerando sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços à população, com melhoria no aspecto relacionado à (qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e profunda mudanças da estrutura socioeconômica), medida por indicador social como o Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Pobreza Humana.

PROPOSTAS:

Implementar políticas para desonerar as empresas com atividades de serviços para tornar mais competitiva no mercado;

Implementar uma política de incentivo, fomento e subsídio para setores específicos com capacidade expansiva a exemplo da piscicultura, dos pequenos produtores, fortalecendo a compra direta para uso nas escolas públicas, gerando renda para produtores e comunidade local em geral.

Fortalecer o Programa de Apoio ao Microempreendedor e à Micro e Pequena Empresa, para incentivar o crescimento empresarial.

TURISMO

A Política Pública do Turismo tem como diretriz a promoção de estratégias do desenvolvimento econômico, social e ambiental do município, no cenário atual de Pandemia. Esse setor foi profundamente atingido com os decretos recomendações pelo Ministério da Saúde, das Atividades Características do Turismos (ACTs), sendo elas: transportes (ferroviário, rodoviário, aéreo e estruturas relacionadas), hotéis e similares, agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas e outros não especificados. Bem com as associadas: serviços de alimentação, guias de turismos, transportes aquáticos, locação de veículos, organização de eventos (agrega gestão de espaço de artes cênicas e espetáculos, atividades de museus e similares) dentre outros.

PROPOSTAS:

Promover o desenvolvimento do turismo com a integração da rede turística do Estado, das Atividades Características do Turismo (ACTs) e associadas;

Priorizar a formação dos profissionais que atuam na rede das (ACTs) e associadas, principalmente os guias turísticos;

Implantar o projeto de sinalização turística dos atrativos do município e região;

Ampliar a divulgação na mídia estadual, nacional e dos atrativos turísticos do

município e região;

Desenvolver plano de ação para fomentar as cadeias produtivas do ecoturismo no município e região;

Implantar projeto de empreendedor que atua na rede turística das Atividades Características do Turismo (ACTs) e associadas no município;

Catalogar os pontos turísticos do município, com sua capacidade de visitação diária visando a conservação do local e promover sua divulgação;

Reestruturação do Centro de Convenções da Praia de Porto Real e do "Centro Durval Godinho" para a atender os eventos no município;

Buscar recurso para produção de materiais de divulgação do turismo local, junto ao Centro de Atendimento ao Turista (CAT);

Construir um equipamento turístico no Distrito de Luzimangues

Criar o Programa de Pesca Esportiva Nacional

Objetivo: favorecer e incentivar o turismo pela via da pesca esportiva, tendo com espaço a extensão do lago no perímetro urbano.

Reorganização do Espaço da Orla, para passeio e pesca esportiva

Objetivo: preparar a orla (avenida beira rio), para a pesca esportiva, passeio e atividades esportivas diversas, deixando a área de frente para o lago limpa.

Revitalização do Centro Histórico

Implantação do CAT (Centro de Atendimento aos Turistas no Centro Histórico.

Capacitar Guias de turismo para condução

Revitalização do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional

Requalificação da Rua das Flores

6.2.2 EDUCAÇÃO EMPRESARIAL

A Política Municipal de Educação Empresarial, tem como diretrizes o apoio à instalação de centros educacionais, faculdades, escolas de formação profissional e técnica, com a finalidade de fomentar desenvolvimento econômico, com parceria público privado.

PROPOSTAS:

Incentivar a instalação de cursos técnicos graduação e pós-graduação em parcerias com o IFTO em Porto Nacional e com a Universidade UNITOP que já possui terreno doado para a construção de um campus no distrito do Luzimangues;

INCENTIVOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

A política municipal de incentivos fiscais e tributários, tem como diretrizes incentivar a cadeia produtiva dos serviços para o aquecer o crescimento econômico, atraindo novos investidores e a geração de emprego e renda.

PROPOSTAS:

Implantar projetos de incentivos fiscais e tributários no município para implementação do crescimento econômico no município;

Implementar a política pública de Incentivos Fiscais e Tributários de uma sociedade planejada no projeto "**Modelo Porto Nacional Mirim do Futuro**", com metodologia de educação por meio do conhecimento da sociedade moderna e desenvolvida, a fim de provocar a mudança no desenvolvimento humano do "**Portuense Mirim**" para uma nova cultura do projeto "**Porto Nacional do Futuro**".

Criação de Programa Crédito produtivo, em parceira com Instituições Bancárias, financeiras.

Objetivo: viabilizar o crédito à micro produtor, apicultores, e outros similares, com juros, prazos, e garantias diferenciadas favorecendo o empreendimento.

Incremento da arrecadação tributária: Credenciamento de empresas especializadas que libere cartão de crédito, ou opere com operadoras de cartões de créditos para o pagamento do tributo de forma parcelada nas condições de à vista com os descontos do fisco municipal.

Esclarecimento: O contribuinte, poderá receber um crédito na forma de cartão de crédito, ou operar com o seu próprio cartão de crédito no pagamento do tributo. Tendo o seu débito baixado junto ao município, e ainda receber todos os benefícios dos descontos em vigência.

Objetivo: possibilitar o maior número de contribuintes pagantes, evitar o aumento de devedores da dívida ativa, reduzir a dívida ativa e dar maiores possibilidades aos contribuintes tendo o seu CPF/CNPJ sem restrições.

Revisão da forma de cobrança da Dívida Ativa: Editar a Lei que permita a Transação na cobrança de créditos tributários.

Esclarecimento: A transação tributária funciona como uma ferramenta de transformação social, na medida em que reduz a litigiosidade – induzindo positivamente a resolução dos conflitos consubstanciados nos débitos em cobrança, além de promover o incremento da arrecadação e estimular a manutenção da regularidade fiscal do contribuinte

Objetivo: aumentar a arrecadação, facilitando o pagamento da dívida ativa, propondo opções de pagamento e parcelamento dentro do orçamento do devedor.

Modernização da Cobrança dos débitos tributários: Implementação de ferramentas tecnológicas que permita um diálogo bem próximo do contribuinte, desde o momento da geração do débito até a sua devida quitação.

Esclarecimento: Contratação de um sistema informatizado que faça disparos por meio de e-mail, torpedos, e WhatsApp, informando ao contribuinte da existência de pendências com o Fisco Municipal

Objetivo: aumentar a arrecadação, simplesmente lembrando ao contribuinte da existência dos débitos, prazos e condições de pagamentos, bem como ações futuras ao não pagamento.

6.2.4 CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO

. O Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020, oficializou a Política Nacional de Inovação e estabeleceu seu modelo de governança - a Câmara de Inovação. Este decreto foi resultado de um processo colaborativo que envolveu oficinas, entrevistas e uma consulta pública, realizada no final de 2019. O decreto estabelece a base para a construção dos outros elementos da política - a Estratégia e os Planos de Ação - bem como para o monitoramento e a avaliação da mesma.

No âmbito do município a política tem como premissa produzir conhecimento, produzir riquezas para o município e contribuir para a qualidade de vida dos portuenses, visando o desenvolvimento econômico, social e sustentável e a melhoria da qualidade de vida da sociedade portuense e região.

. A inovação é a chave para o desenvolvimento sustentável do Brasil. No entanto, ela precisa de políticas públicas efetivas e coordenadas para se desenvolver. O objetivo da Política Nacional de Inovação é trazer a sinergia necessária dentro do Estado para que este ofereça as ferramentas necessárias para estimular ideias e projetos inovadores em toda a sociedade.

PROPOSTAS:

Ampliar em 10% anualmente o número de seguidores nas redes sociais incentivando assim, a participação da comunidade nas ações da gestão;

Ampliar anualmente em 10% o atendimento as demandas publicitárias dos órgãos da administração pública direta e indireta;

Implantar a plataforma de cidadania digital para estabelecer um canal único e integrado do governo municipal para a disponibilização de informações, solicitação eletrônica e acompanhamento de serviços públicos;

Ampliar a plataforma de Serviços do Governo Municipal, disponível em site eletrônico oficial para a disponibilização de informações e o acesso a serviços públicos;

Implantar mecanismo de acesso digital único do usuário aos serviços públicos, com nível de segurança compatível com o grau de exigência, natureza e criticidade dos dados e das informações pertinentes ao serviço público solicitado;

Viabilizar ferramenta de solicitação e acompanhamento dos serviços públicos;

Viabilizar ferramenta de avaliação da satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados;

Instalar painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos prestados, com, no mínimo, as seguintes informações para cada serviço, órgão ou entidade da administração pública municipal;

Planejar recursos para aquisição de equipamentos e ferramentas tecnológicas para implantação e navegação da plataforma de cidadania digital;

Ampliar a Parceria Público Privado com a disponibilização de ponto de internet livre para a população no centro, bairros e assentamentos, conforme levantamento prévio e programa já em processo de licitação.

Ampliar a atual usina de energia solar do município para cobertura do consumo de

iluminação pública do município e promover o desenvolvimento humano;

Criar o Programa Formação Jovens Empreendedores do Futuro

Objetivo: criar cursos de pequena duração, para jovens e empreendedores terem formação voltada para ciência e tecnologia, robótica, empreendedorismo, preparando-os para os desafios do mundo digital e das novas tecnologias.

CDT – Centro de Desenvolvimento Tecnológico: Criar ambiente público aparelhado com meios e recursos, que favoreçam acesso à internet, para, capacitação, auto capacitação, pesquisa e desenvolvimento pessoal e profissional, disponíveis no mundo digital.

Objetivo: permitir que jovens e adultos, que não dispõem de computadores ou notebooks, ter a sua disposição equipamentos, que permitam de forma planejada e agendada, buscar a sua formação e capacitação.

EIXO TEMÁTICO DA CIDADANIA

As Políticas Públicas cujo objetivo é voltado ao desenvolvimento humano da sociedade, com garantias constitucionais, oferece um grande desafio ao gestor em tempo de Pandemia, exigindo uma governança de reestruturação e adequação de espaços físicos e logística adequados, obedecendo as normas epidemiológicas, ferramentas tecnológicas de informação e comunicação - TIC e Software de sistema inovador para adaptação a nova metodologia de trabalho, além da necessidade do investimentos em capacitação e acompanhamento comportamental por equipes multiprofissionais dos servidores e usuários que compõem a estrutura organizacional.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A política pública da criança e adolescente tem como marco legal e regulatório o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei Federal 8069/90, que tem como diretrizes o dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

PROPOSTAS:

Implementar políticas públicas garantidas pelo ECA, que regula os serviços à crianças e adolescentes;

ADOLESCENTES, JOVENS E JUVENTUDES

Entendemos que a promoção de política pública para juventude deve estar fundamentada em duas primícias básicas, oportunidades e direitos. O propósito é desenvolver ações e programas que ofereçam oportunidades aos jovens numa perspectiva que lhes dê condições de construir seu próprio futuro, visto que temos uma responsabilidade histórica com a nossa juventude. Para isso precisamos oportunizar a esses jovens que almejam estudar, formação qualificada que lhes permita disputar em condições de igualdade o mercado de trabalho de maneira digna;

A dinâmica do crescimento imposto pelos modelos de desenvolvimento em todo o mundo, ocorreram de forma desigual, tornando essa juventude socialmente mais vulnerável do ponto de vista da primeira oportunidade de emprego, da formação profissional, da educação, da saúde e da crescente violência urbana;

PROPOSTAS:

Dar continuidade a Fundação Municipal da Juventude;

Ampliar o orçamento da Fundação Municipal de Juventude;

Criar o Fundo Municipal vinculado a Fundação Municipal de Juventude com recursos específicos para o setor;

Implementar um anexo da Fundação da Juventude no distrito de Luzimangues para garantir espaço fixo para capacitações dos jovens;

Buscar parcerias com igrejas e associação comunitárias, espaços para promoção das ações da Juventude;

Ampliar os programas e atendimentos da Fundação da Juventude no município;

Fortalecer o calendário de atividades e eventos da Fundação Municipal da Juventude no município;

Ampliar o programa Agente Jovem de incentivo a estágios para estudantes de ensino médio, técnico e superior nos órgãos municipais;

Estruturar uma política com criação e implantação do primeiro emprego de primeiro emprego através de incentivo fiscal aos empresários da cidade para geração de emprego;

Fortalecer as ações junto as Escolas Estaduais de Ensino Médio com ciclo de palestras onde leva instruções e informações aos jovens;

Ampliar o programa de Qualifica Jovem de cursos profissionalizantes e de geração de renda em parcerias com Universidades e Sistema S - SENAI;

Apoiar e incentivar os “Movimentos de Esportes e Desportos – Inter Estudantil (grêmios estudantis - Ensino Médio); JIP – Jogos Inter atléticas de Porto (Ensino Superior - atléticas) – Copa com Cristo (Conselho de Pastores e líderes de jovens), Jogos da Juventude.;

Criar o programa “Cursinho AprovAção” – Curso preparatório para Enem, Vestibulares e concursos público no município;

Fortalecer atividades literárias para estimular os jovens a leitura, promovendo amostras e disputas literárias;

Fortalecer e ampliar o Feirão das Profissões;

Viabilizar, criar e implementar o fomento por meio de bolsas de estudos para alunos comprovadamente carentes, pro uni Municipal.

Apoiar e incentivar os “Movimentos Culturais, Políticos E De Solidariedade Social Da Juventude, garantindo e fomentando espaços de lazer e programação cultural de qualidade para a juventude; criando a Feirinha da Juventude, levando a cultura e empreendedorismo aos jovens do município;

Incentivar o empreendedorismo dos jovens e adolescentes no município – Palestras e Feirinhas em parceria com o Sistema S – Sebrae;

Fortalecer a Semana da Cidadania e o dia D da Cidadania na Escola, com emissões de documentos RG, CPF, ID Jovem;

Criar um programa de Saúde mental voltado para os jovens;

Buscar a captação e adesão junto ao Governo Federal o programa Estação da Juventude na sede do município e implantar nos Distritos;

Fortalecer a Semana Municipal da Juventude no município,

Desenvolver as políticas sobre Drogas no município, com palestras, visitas na Fazenda Esperança e outras ações;

Participar como parceiro, da realização da promoção da “Semana do Bebê” com a Secretaria de Assistência Social;

Promover as parcerias para execução do projeto CNH Solidária, a qual atenderá as comunidades carentes na viabilização da Carteira Nacional de Habilitação;

Fomentar atividades culturais com criação de Banda musical juvenil - Fanfarra

Fortalecer e criar atividades com os jovens das escolas estaduais de ensino médio, como Disputa Junina, Projeto Formou, talento jovem;

Viabilizar e implantar polos da Juventude na região norte e no distrito de Luzimangues;

Viabilizar transporte universitário aos Jovens para locomoção dentro da cidade, quanto no campo;

Criar uma política de subsídio para o transporte intermunicipal;

Viabilizar transporte universitário aos Jovens para locomoção intermunicipal Porto-Palmas;

Criar espaços culturais que promovam aulas de dança, teatro, música e atividades que envolva a juventude;

Viabilizar um laboratório de informática na Fundação da Juventude;

Viabilizar uma escola de idiomas;

Pista para a realização da modalidade esportiva wheeling, popularmente conhecida como “grau” de forma legalizada e segura;

Incentivar as quadrilhas juninas;

Promover eventos culturais, cinema, teatro, batalha de rima, hip hop;

Criar o Programa Guarda Mirim, tendo reforço escolar, esportivo e patriótico, assim os mesmos receberão um auxílio financeiro para estar dentro do projeto, sendo os mesmos em situação de vulnerabilidade social;

Firmar parceria com outras secretarias no sentido de colaborar com programas das mesmas que venha aos anseios e necessidade da juventude do município;

Reservar 2% do orçamento global do munícipio para a Fundação da Juventude

Viabilizar uma passarela para ampliar a segurança para travessia dos jovens no anel viário, para a Escola Estadual Costa e Silva

Ampliar a faixa de pedestre dando mais segurança no IFTO

Manter e ampliar os serviços de capina e roçagem nas regiões das universidades

Ampliar o efetivo da guarda e realizar patrulhas de prevenção nas universidades e escolas em horários de pico;

MULHERES

A Política da Mulher tem como princípios: Igualdade e Respeito à Diversidade, Equidade, Autonomia das Mulheres, Laicidade do Município, Universalidades das Políticas, Justiça Social, Transparências dos Atos Públicos e, Participação e Controle Social.

PROPOSTAS:

Consolidar, ampliar, divulgar e qualificar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência;

Realizar atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, além de ações que visem reduzir os índices de violência contra as mulheres;

Ampliar as campanhas de combate à violência contra a mulher e os serviços de atendimento às vítimas;

Desenvolver ou ampliar programas e serviços que contribuam para a reestruturação da vida das mulheres que sofreram violência doméstica;

Desenvolver programas e atividades de cultura, esporte e lazer destinados às mulheres nos equipamentos públicos municipais;

IDOSOS

A política do Idoso tem como direitos fundamentais: Vida, Liberdade, Respeito e a Dignidade, Alimentos, Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Profissionalização e do Trabalho, Previdência Social, Habitação e Transporte para assegurar às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

PROPOSTAS:

Ampliar as condições de utilização, pelos idosos, dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento específico aos que estão em situação de vulnerabilidade;

Incentivar agências e operadores de turismo da cidade a promover atividades de

lazer e turismo para a população idosa;

Incentivar o setor privado e as ONGs a gerarem alternativas de moradia para pessoas idosas sem proteção familiar;

Incentivar a produção cultural e de lazer para as pessoas idosas;

Promover a valorização da pessoa idosa e a conscientização familiar quanto às suas necessidades e direitos;

Promover cursos de cuidador aos familiares do idoso, para os cuidados que leve em conta as especificidades da velhice, considerando as ressonâncias do envelhecimento fisiológico, das patologias que podem acompanha-los e das respostas sociais que determinam atitude de acolhimento e qualidade de vida do idoso.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROPOSTAS:

Implantar projeto de oportunidades para pessoas com deficiências para a ocupação de emprego e renda;

Garantir o cumprimento da legislação voltada ao segmento das pessoas com deficiência, pelo próprio poder público e pela iniciativa privada;

Estabelecer parcerias e convênios com entidades que tenham trabalho com este segmento; estimular o trabalho voluntário de assistência às pessoas com deficiência;

Assegurar o esporte para pessoas com deficiência nas diversas modalidades, como basquete, futebol de cinco e atletismo, entre outras;

Desenvolver campanhas educativas sobre os direitos das pessoas com deficiência;

Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência promovendo a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos, o transporte especial, o acesso a órteses e próteses e a capacitação de familiares para a reabilitação baseada na comunidade, de acordo com o Decreto Federal 5.296/04.

GRUPOS ÉTNICOS

A Política Nacional da defesa dos direitos étnicos instituída Lei Nº 12288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

PROPOSTAS:

Fortalecer a Promoção e integração da Consciência Negra que já se encontra inserida no Calendário Municipal.

Fomentar, incentivar e fornecer apoio técnico aos movimentos de Rap e Slam por jovens negros que já acontece em Porto Nacional;

Fomentar e incentivar as iniciativas culturais de matriz africana, como Capoeira, Tambores do Tocantins, dentre as demais manifestações;

Dialogar e fornecer suporte técnico aos Movimentos Negros da UFT.

LGBTQIA +

A Política Nacional da LGBTQIA+ social e institucionalizada. A LGBTQI+FOBIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgênicos, Quer, Intersexuais, Assexuais, += quais pessoas que não se enquadrem na identificação de gênero e/ou sexualidade heteronormativa e binarista, como a população não binária), está embasada nos princípios assegurados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que garantem a cidadania e dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, art. 1.º, inc. II e III), reforçados no objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (BRASIL, 1988, art. 3.º, inc. IV).

PROPOSTAS:

Promover palestras, rodas de conversa e capacitação dos servidores municipais (professores, policiais, guardas municipais, conselheiros tutelares e agentes da saúde), para garantir os direitos dos LGBTQIA+, no combate à homofobia e até mesmo para os profissionais não reproduzirem estas condutas no exercício de sua profissão;

Assegurar atendimento humanizado no SUS e nos espaços de atendimento psicossocial;

Implementar ações junto à família que possa vir a praticar violência doméstica (física, verbal ou psicológica) contra jovens LGBTQIA+;

Prover o acesso de jovens LGBTQIA+ de baixa renda com ofertas de estágio remunerado no âmbito do município com critério de política integrada, para garantia da inclusão social e evasão escolar, na transição do ensino fundamental I, para ensino fundamental II e acesso e permanência em cursos profissionais.

6.4 EIXO TEMÁTICO DA GESTÃO

As Políticas Públicas cujo objetivo é voltado ao desenvolvimento humano da sociedade, com garantias constitucionais, oferece um grande desafio ao gestor em tempo de Pandemia, exigindo uma governança de restruturação e adequação espaços físicos e logística adequados, obedecendo as normas epidemiológicas, ferramentas tecnológicas de informação e comunicação - TIC e Software de sistema inovador para adaptação a nova metodologia de trabalho, além da necessidade do investimentos em capacitação e acompanhamento comportamental por equipes multiprofissionais dos servidores e usuários que compõem a estrutura organizacional.

6.4.1 SERVIDORES MUNICIPAIS

A Lei No 1.435/94 de 13 de junho de 1994, institui o Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Porto Nacional, Estado do Tocantins, aplicáveis também as autarquias, empresas públicas e fundações municipais que vierem a ser criadas.

A Lei n° 1928/08 de 28 de março de 2008, institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Porto Nacional e dá outras providências.

A Lei n° 2045/12 de 09 de abril de 2012, institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo de Porto Nacional e adota outras providências.

A Reforma Administrativa proposta pelo administração municipal, aconteceu, o seu intuito foi redesenhar a administração pública municipal, com ajustes da receita líquida, com o percentual aceitável pela Lei de Responsabilidade Fiscal, oportunizando a máquina pública mais sustentável e efetiva, de forma que o arranjo institucional das estruturas organizacionais do município, permitiu a redução dos gastos, provendo ganho em (eficiência e governança), com foco no cidadão e otimização da implementação de políticas públicas.

A reforma se deu de forma institucional logo no primeiro ano desta administração, priorizando uma gestão de pessoas que foi além da folha de pagamento.

As competências definidas na área de planejamento e desenvolvimento de pessoas estão ligadas com uma melhor avaliação de desempenho e maior cuidado com relação à capacitação do servidor e promoção da qualidade de vida psicossocial.

Entre o ano de 2022 e 2024 foram aprovadas e sancionadas 169 leis incluindo ordinárias e complementares. Mais de 80% desta Lei foram de autoria do Poder Executivo sendo que 16 leis foram aprovadas concedendo benefícios aos servidores.

Entre as leis aprovadas temos leis de estruturação do município, reformas de legislações desatualizadas, instituição de plano de cargos e carreiras, destinações de área para construção de escolas, unidades de órgãos como (policia, corpo de bombeiro militar), doações de áreas para fins de regularização fundiária na forma prevista na Lei Orgânica Municipal, criação de conselhos para operacionalização administrativa e prestação de serviços públicos, programas de apoios ao esporte, incentivo às manifestações culturais, incentivo aos programas de saúde, bem como incentivo a arrecadação municipal.

LEI	EMENTA
Lei n°. 2.544, de 04 de julho de 2022.	"Altera o artigo 3º da Lei Municipal n°. 1.927 de 28 de março de 2008 e dá outras providências. " (Fixa auxilio alimentação para: Guarda Municipal, Agente Comunitário de Saúde, Motorista, Gari (Varredor e Coleta de Lixo), Mecânico, Operadores de Máquinas e Agentes de Combate às Endemias da Prefeitura Municipal de Porto Nacional-TO, no valor de R$ 88,00 (oitenta e oito reais).
Lei n°. 2.579, de 29 de dezembro de 2022.	"Regula o processo contencioso da Fiscalização de Posturas e Obras e adota outras providências. "
Lei n°. 2.580, de 29 de dezembro de 2022.	"Dispõe sobre a regulamentação do Regimento Interno da Junta de Julgamento da Fiscalização de Postura e Obras e adota outras providências. "
Lei n°. 2.581, de 29 de dezembro de 2022.	"Disciplina o processo contencioso administrativo pertinente à legislação de posturas e obras no âmbito da Administração Pública Municipal. "

LEI	EMENTA
Lei Complementar n.° 091, de 08 de abril de 2022.	"Dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remunerações dos servidores da carreira de fiscalização tributária da prefeitura de porto nacional e dá outras providências".
Lei Complementar n°. 095, de 25 de agosto de 2.022.	"Reajusta o Valor do Nível I, Referência A, da Tabela Técnica de Nível Superior – I, Anexo III da Lei n° 2.045/2012, de 09 de abril de 2012, e adota outras providências" (R$ 3.500,00 - Analista Ambiental, Analista da Dívida Ativa, Analista de Recursos Humanos, Analista de Convênios e Comunicador Social) ".

Lei Complementar n.º 096, de 25 de agosto de 2.022.	"Cria a Tabela Administrativo Nível Médio VI do Nível I, Referência A Anexo da Lei n° 2.045/2012, e reajusta os Valores dos de 09 de abril de 2012, e adota outras providências". (Aumento salarial dos fiscais sanitários – R$ 2.800,00).
Lei Complementar n.º 099, de 28 de dezembro de 2.022.	"Institui plano de Cargos, Carreiras e Remunerações - PCCR, dos servidores integrantes do quadro de pessoal do Poder Executivo do Município de Porto Nacional, componentes da Banda de Música Municipal e adota outras providências".
Lei Complementar n° 104, de 29 de dezembro de 2022.	"Cria junto à Guarda Municipal do Município de Porto Nacional a Corregedoria, Ouvidoria e Assessoria Jurídica e dá outras providências".

LEI N.º 2.626, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.023.	"Dispõe sobre os Adicionais de Insalubridade e Periculosidade e dá outras providências".

LEI	EMENTA
Lei Complementar n° 106, de 26 de setembro de 2023.	"Cria a Tabela Administrativo Nível Médio VII do Nível I, Referencia A, Anexo da Lei n° 2045/2012, reajusta os valores de 09 de abril de 2012, e adota providencias".

LEI	EMENTA
Lei n°. 2.646, de 05 de abril de 2024.	"Cria a Tabela Auxiliar Nível Médio VII do Nível I, Referência A Anexo da Lei n° 2.045 de 09 de abril de 2012 e adota outras providências". (Eletricistas – Reajuste salarial – R$ 1.900,00).

Lei n°. 2.647, de 04 de abril de 2024.	"Dispõe sobre Alteração do Anexo I da Lei 2.045, de 09 de abril de 2012 - Nível Médio - Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos do Quadro Geral do Poder Executivo do Município de Porto Nacional e dá outras providências ". (Agentes de Avaliação Imobiliária – reajuste salarial- R$ 3.200,00)
Lei n°. 2.648, de 05 de abril de 2024.	"Cria o INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE PORTO NACIONAL - IASP e dá outras providências". (Instituto que irá operacionalizar o plano de saúde).
Lei n°. 2.650, de 05 de abril de 2024.	"Institui Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo – PDAA aos Servidores Efetivos dos Quadros Quadro-Geral lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e aos Analistas de Controle Interno, do Município de Porto Nacional, e adota outras providências".
Lei nº. 2.651, de 05 de abril de 2024.	"Organiza e disciplina o Sistema de Controle Interno do Município de Porto Nacional e dá outras providências.
Lei N°. 2.653, de 05 de abril de 2024.	"Cria a Tabela Técnico de Nível Médio VIII do Nível I, Referência A Anexo da Lei n° 2.045 de 09 de abril de 2012 e adota outras providências". (Reajuste salarial - Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática, Técnico em Logística e Técnico em Saúde Bucal – R$ 2.800,00)
Lei n°. 2.655, de 05 de abril de 2024.	"Altera os Níveis e Referências das Tabelas Financeiras de Vencimentos da Lei n° 2.045 de 09 de abril de 2012 e adota outras providências". (Acrescenta os Níveis VIII, IX e X e as Referências L, M, N, O e P).

Lei n°. 2.656, de 05 de abril de 2024.	"Cria a Tabela de Nível Superior VII do Nível I, Referência A Anexo III da Lei n° 2.045 de 09 de abril de 2012 e adota outras providências". (Reajuste salarial – Cirurgião dentista – R$ 5.000,00).

LEI	EMENTA
Lei Complementar n°. 114 de 04 de abril de 2024.	"Altera a Lei Complementar nº 032/2015, que dispõe sobre o Estatuto Jurídico dos Servidores da Guarda Municipal de Porto Nacional, da forma que específica e dá outras providências. " (Estabelece cargo de comandante e sub- comandante da guarda municipal e os seus respectivos vencimentos)
Lei Complementar n°. 115 de 04 de abril de 2024.	"Altera a Lei Complementar nº 034/2015, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações da Guarda Municipal, da Forma que específica e dá outras providências. " (Altera o salário base dos guardas Municipais para R$ 2.200,00 e cria classe especial para aposentadoria).
Lei complementar n. º 116, de 05 de abril de 2.024.	"Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR - dos Fiscal de Posturas e Obras, Agente de Fiscalização de Posturas e Obras, Agentes de Fiscalização Sanitária, Fiscais Sanitários, Agentes de Fiscalização de Meio Ambiente e Analista Ambiental do município de Porto Nacional e dá outras providências. "
Lei Complementar n°. 117 de 05 de abril de 2024.	"Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão de Assessor de Arrecadação e Oficial de Diligências Administrativas e disponibilização de pessoal ao Poder Judiciário na forma que específica e dá outras providências. "

Lei Complementar Nº 118, de 05 de abril de 2024.	"Institui, organiza e regulamenta a atuação da Procuradoria-Geral do Município (PGM), regulamenta a Carreira e o Regime Jurídico dos Procuradores do Município, regulamenta a arrecadação e rateio dos honorários advocatícios de sucumbência, e dá outras providências".
Lei Complementar nº 119, de 05 de abril de 2.024.	"Cria o cargo de agente de contratação, Assessor Técnico de Compras e Licitações e Assessor Jurídico – Comissão de contratação e equipe de apoio, nos moldes da nova lei federal de licitações 14.133/2021" e dá outras providências".

PROPOSTAS:

Revisar a Lei que instituiu o Estatuto do Servidor Público com participação da representação das categorias;

Revisar e implementar Lei de Planos Cargos e Salários dos servidores do município com as novas diretrizes do Programa de Modernização Tecnológica e Administrativa, que contemplará indicadores de produção e efetividade dos resultados para valorização do servidor;

Fazer um diagnóstico das ações impetradas por servidores dos direitos (quinquênio, progressões) e verificar impacto financeiro, e jurídicos para avaliação consenso na tomada de decisão;

Apoiar e acompanhar a gestão do PREVIPORTO periodicamente, garantir sua autonomia administrativa e independência financeira, maximizando seus ativos e assegurando os direitos previdenciários dos beneficiados;

Concluir a implantação do Plano de Saúde para os servidores do município;

Implantar um Programa de Atendimento Biopsicossocial para os profissionais do município em situação de vulnerabilidade psicossocial;

Apoiar as entidades que representam os servidores, nos projetos de interesse social;

Criar Programa de educação continuada para os servidores para aperfeiçoamento dos serviços públicos através da escola de gestão municipal;

Promover cursos de capacitação técnica e social aos profissionais do município por área de atuação da política visando otimizar e qualificar os serviços ofertados ao cidadão.

6.4.2 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto Nº 10.609 institui a Política Nacional de Modernização do Estado (Moderniza Brasil) e o Fórum Nacional de Modernização do Estado. Assinado pelo o objetivo do decreto

é tornar a administração pública mais efetiva.

O Moderniza Brasil irá integrar as iniciativas de modernização já existentes, com coordenação, articulação, adequação, monitoramento e avaliação das políticas, programas, ações e iniciativas do Poder Executivo Federal, em parcerias da União com estados, Distrito Federal e iniciativa privada.

A política deve promover a segurança jurídica para a inovação na gestão de políticas públicas e focar na ampliação do acesso e qualidade dos serviços para o cidadão.

A administração pública municipal enfrenta alguns problemas de ineficiência dos serviços públicos, devido à falta de equilíbrio das receitas verso despesas, fator determinante para atender as necessidades básicas fundamentais com garantias constitucionais ao cidadão e implantar os investimentos necessários para promoção do desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano.

A Modernização com ferramenta de gestão, desempenho e competitividade objetiva formular políticas e medidas específicas destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos, ao controle e aperfeiçoamento da gestão pública, bem como de coordenar e articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

PROPOSTAS

Fazer revisão da LDO (Leis de Diretrizes Orçamentarias), PPA (Plano Plurianual) e na LOA (Lei Orçamentaria Anual), para adequação dos programas prioritários e das diretrizes das propostas constante do plano de governo para 2025 a 2028;

Fazer revisão e/ou criar Leis que institui (Políticas Públicas Municipais, Fundos Municipais, Conselhos Municipais de Direitos e Plano Municipal), por eixos de atuação dos serviços garantidos pela constituição federal para adequação dos programas prioritários e das diretrizes das propostas constante do plano de governo para 2025 a 2028;

Fazer revisão dos atos normativos (lei, regulamento e normas) que institui e regula os tributos municipais e do exercício das atividades econômicas dos serviços, buscando a desburocratização e descentralização dos serviços públicos;

Ampliar o Sistema de Gestão Integrada Automatizado (GEP), totalmente digital dos serviços públicos, com diretrizes, metas, controles, com indicadores de resultado, como ferramenta gerencial para a gestão para auxiliar as tomadas de decisão;

Através da plataforma GEP disponibilizar Aplicativo Digital para os usuários do serviço públicos, que permita acessar o sistema (solicitar, acompanhar, cumprir diligencias), em qualquer fase processual, de forma transparente e com cyber segurança e os usuários do serviço públicos, que permita fazer (reclamação, sugestão), das demandas de serviços que será encaminhado para o setor competente para providencias;

Viabilizar a aquisição de equipamentos tecnológicos e de comunicação para adequação à nova modernização administrativa a ser implantada para eficiência e transparência dos serviços públicos, inclusive para ser fornecido aos os serviços que serão realizados de forma remota através de captação de recursos junto ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM

Diagnóstico e Reforma administrativa

Objetivo: avaliar a performance dos meios e recursos disponíveis na estrutura administrativa, através de diagnóstico identificando as fragilidades e as potencialidades da gestão como um todo por pasta (educação, saúde, segurança...), e proceder os ajustes necessários para geração de resultados mais favoráveis.

Promover a integração administrativa

Objetivo: criar um núcleo de gestão (secretários), para estudar as possibilidades de integração de esforços em colaboração com o atingimento dos objetivos funcionais e estratégicos concomitantemente.

Programa de qualificação administrativa

Objetivo: criar um programa permanente de qualificação dos colaboradores efetivos e contratados, contemplando os níveis: Estratégico, Tático e Operacional, a fim de melhorar a qualidade do atendimento dos serviços públicos, através de um LNT - Levantamento de Necessidades de Treinamento e desenvolvimento de todo quadro funcional.

Criar a Central de Compras: para aumentar o poder de negociação e padronizar processos, bem como Reduzir Custos de Compras Públicas

Objetivo: reduzir os custos das compras do governo municipal, pela qualificação dos membros da comissão de licitação.

Criação de Lei Municipal para Regionalização de Compras Públicas

Promover o desenvolvimento de fornecedores locais, para garantir a participação de pequenas e médias empresas nas licitações.

Realizar campanhas para informar e incentivar a participação de empresas locais, nos processos licitatórios.

Implementação de sistemas de compras públicas eletrônica, para tornar o processo mais ágil e transparente.

Priorizar compras de produtos sustentáveis, e de fornecedores que adotem práticas ambientais responsáveis.

6.4.3 PLANO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

A Política de Nacional de Infraestrutura, instituída pelo projeto de Lei 2.021 de de 2024, institui as diretrizes da Política Nacional de Infraestrutura Urbana, e regulamenta os art.182 da Constituição Federal.

As políticas públicas reunidas na área de Infraestrutura têm como foco a construção, manutenção e provimento de equipamentos físicos nas áreas de comunicações, energia, saneamento e transporte, essenciais para assegurar o desenvolvimento socioeconômico do país.

Foi sancionada, a Lei 14.947, de 2024, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS), abrindo assim mais oportunidades pela busca de recursos visando garantir o fortalecimento da infraestrutura local e mobilidade urbana.

PROPOSTAS

Abaixo segue a Relação das Obras em Execução e que já se encontram planejadas para próxima gestão bem como seus com Impactos direto na cidade de Porto Nacional.

1. Construção da Nova Ponte de Concreto no Córrego Pau D'Arco, região da Promissão

Impacto: Melhorará a conectividade entre regiões, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias.

2. Construção da Nova Ponte de Concreto no Córrego São Pedro, região Pau D'Arco

Impacto: Aumentará a segurança e eficiência do tráfego, reduzindo o tempo de deslocamento.

3. Construção da Nova Ponte de Concreto Armado nos Córregos Matança, Barreiro e Água Branca

Impacto: Melhorará a infraestrutura viária, aumentando a capacidade de transporte e a segurança.

4. Construção da Nova Ponte de Concreto no Córrego Varginha, no Setor Jardins

Impacto: Facilitará o acesso ao setor Jardins, promovendo o desenvolvimento urbano e econômico.

5. Recapeamento em CBUQ

Áreas Cobertas: Bairros Centro, Eldorado, São Francisco, Fama, Granville, Jardim América, Jardim Brasília, Beira Rio, Lair, Porto Real, Vila Nova

Impacto: Melhorará a qualidade das vias, aumentando a segurança e a durabilidade do pavimento.

6. Pavimentação da Orla às Margens do Ribeirão São João

Impacto: Desenvolverá o turismo local, melhorando a infraestrutura e atraindo visitantes.

7. Pavimentação do Setor Estação da Luz

Impacto: Melhorará a acessibilidade e a mobilidade dos moradores.

8. Construção da Praça da Vila Nova

Impacto: Criará um espaço de lazer e convivência para a comunidade, promovendo a socialização e atividades ao ar livre.

9. Construção do Centro Administrativo

Impacto: Centralizará os serviços administrativos, aumentando a eficiência e facilitando o acesso da população aos serviços públicos.

10. Reforma da Orla na Avenida Beira Rio

Impacto: Revitalizará a área, incentivando o turismo e oferecendo um espaço de lazer para a população.

11. Pavimentação em TSD da Rua 200 e 100 no Setor Imperial

Impacto: Melhorará a infraestrutura viária, facilitando o tráfego e a mobilidade.

12. Pavimentação de Ruas do Setor Imperial

Impacto: Aumentará a acessibilidade e a qualidade das vias do setor.

13. Drenagem do Imperial e Rua 200

Impacto: Reduzirá os problemas de alagamento, melhorando a infraestrutura de drenagem.

14. Construção da Praça do Laguna I em Luzimangues

Impacto: Proverá um espaço de lazer e convivência, beneficiando os moradores da região.

15. Construção da Praia da Orla Oeste em Luzimangues

Impacto: Fomentará o turismo e oferecerá uma nova opção de lazer para a população local e visitantes.

16. Pavimentação em TSD da Marginal Sul em Luzimangues

Impacto: Melhorará a infraestrutura viária, facilitando o tráfego e o acesso aos bairros.

17. Pavimentação em CBUQ de Diversas Ruas em Luzimangues – Codevasf

Impacto: Aumentará a durabilidade das vias e a segurança no tráfego.

18. Pavimentação em CBUQ do Setor Granville

Impacto: Melhorará a infraestrutura viária, aumentando a qualidade e segurança das ruas.

19. Reforma da Rotatória entre o Planalto e Jardim Aeroporto

Impacto: Melhorará a segurança e fluidez do tráfego.

20. Pavimentação em TSD e Calçamento Drenante do Setor Padre Luso

Impacto: Melhorará a infraestrutura viária e drenagem.

21. Reforma do Terminal Rodoviária de Luzimangues

Impacto: Melhorará as condições de infraestrutura e serviços, facilitando o transporte e o deslocamento dos moradores e visitantes.

22. Recapeamento em Micro Revestimento de Diversas Ruas e Avenidas com Sinalização Vertical e Horizontal e Recuperação de Meio Fio

Impacto: Aumentará a durabilidade das vias, melhorará a segurança viária com nova sinalização, e preservará as calçadas e meio-fio, proporcionando maior conforto e segurança aos pedestres e motoristas.

OBRAS ESTRUTURANTES – As obras Estruturantes são iniciativas de grande impacto que visam promover mudanças significativas e sustentáveis na infraestrutura e no desenvolvimento urbano de Porto Nacional. Esses projetos têm como objetivo principal transformar áreas estratégicas da cidade, incentivando o desenvolvimento econômico, social e turístico, além de melhorar a qualidade de vida da população. A seguir, detalhamos os principais projetos estruturantes previstos para a próxima gestão:

1. Praia Definitiva de Luzimangues

A criação da Praia Definitiva de Luzimangues é um projeto estratégico que visa consolidar a área como um importante ponto turístico e de lazer. Este projeto inclui a construção de infraestrutura adequada para receber turistas e moradores, como quiosques, banheiros, áreas de lazer, estacionamento e segurança. A praia definitiva proporcionará um espaço permanente de lazer e recreação, incentivando o turismo local e gerando emprego e renda para a região.

2. Passarela da Praia de Porto Nacional

A construção de uma passarela que ligue a praia ao centro da cidade é um projeto de mobilidade urbana e de incentivo ao turismo. Esta passarela permitirá um acesso seguro e fácil à praia, estimulando a visitação e valorizando a área. Além de facilitar o deslocamento, a passarela será um elemento arquitetônico marcante, contribuindo para a identidade visual da cidade.

3. Ponte Jardim Aeroporto - Setor Universitário

A construção de uma ponte ligando o Jardim Aeroporto ao Setor Universitário é fundamental para melhorar a mobilidade urbana e a integração entre diferentes áreas da cidade. Esta ponte permitirá um fluxo mais eficiente de veículos e pedestres, reduzindo o tempo de deslocamento e melhorando a qualidade de vida dos moradores. Além disso, facilitará o acesso a serviços, comércios e instituições educacionais, promovendo o desenvolvimento local.

4. Pontes e Bueiros de Concreto na Zona Rural

A construção de pontes e bueiros de concreto na zona rural visa melhorar o acesso e a mobilidade das comunidades rurais, garantindo a segurança e a durabilidade das estradas. Estes projetos são essenciais para o escoamento da produção agrícola e para o acesso a serviços básicos, como saúde e educação. A infraestrutura adequada na zona rural contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, reduzindo o isolamento e promovendo a inclusão. Estima-se a construção de 20 pontes.

5. Recuperação de Estradas Vicinais

A recuperação de estradas vicinais é uma prioridade para garantir o acesso seguro e eficiente às áreas rurais do município. Este projeto inclui a melhoria da pavimentação, a implementação de sistemas de drenagem e a manutenção periódica das estradas. A recuperação das estradas vicinais facilita o escoamento da produção agrícola, melhora o acesso a serviços e promove a integração das comunidades rurais com a área urbana. Estima-se recuperar 2.000km de estradas.

6. Recapeamento e Pavimentação em Ruas e Avenidas de Toda a Cidade, Incluindo Distritos – Porto Nacional 100% asfaltado

O recapeamento e a pavimentação de ruas e avenidas em toda a cidade, incluindo os distritos, são fundamentais para melhorar a mobilidade urbana e a qualidade de vida dos cidadãos. Este projeto visa a recuperação de vias danificadas e a pavimentação de novas áreas, garantindo uma infraestrutura viária adequada e segura. A melhoria das condições das vias facilita o transporte, reduz o tempo de deslocamento e aumenta a segurança no trânsito. Estima-se recapear e pavimentar 1.000.000,00 de m², cerca de 140 km de ruas novas em toda cidade.

7. Iluminação em LED em Toda a Cidade

A implementação de iluminação em LED em toda a cidade é um projeto de modernização que visa aumentar a eficiência energética, reduzir os custos de manutenção e melhorar a segurança pública. A iluminação em LED proporciona maior luminosidade e durabilidade, contribuindo para a segurança dos cidadãos e a valorização dos espaços públicos. Este projeto inclui a substituição das luminárias antigas por modelos mais modernos e eficientes. Estima-se implementar 23.000 pontos de iluminação em toda cidade.

8. Embelezamento de Toda a Cidade com Paisagismo, Calçadas, Parques e Jardins

O embelezamento da cidade através de projetos de paisagismo, construção de

calçadas, parques e jardins é essencial para criar um ambiente urbano agradável e atrativo. Estes projetos visam a revitalização de áreas públicas, a criação de espaços de convivência e lazer e a promoção da qualidade de vida dos moradores. O paisagismo adequado valoriza os espaços urbanos, promove o bem-estar e incentiva a comunidade a utilizar os espaços públicos.

9. Praças e Parques em Diversos Setores

A construção e revitalização de praças e parques em diversos setores da cidade, como o Setor Imperial, Setor Umuarama e Luzimangues, Brigadeiro são projetos que visam criar espaços de lazer, convivência e recreação para os moradores. Estas áreas verdes são essenciais para a qualidade de vida urbana, proporcionando ambientes seguros e agradáveis para atividades ao ar livre. As novas praças e parques serão equipadas com infraestrutura adequada, como playgrounds, áreas de descanso e iluminação.

10. Parque Agropecuário de Luzimangues

O desenvolvimento do Parque Agropecuário de Luzimangues é um projeto estratégico para incentivar o desenvolvimento agrícola e a realização de eventos do setor. Este parque será um espaço dedicado à promoção da agricultura, com infraestrutura para exposições, feiras e eventos agropecuários. O Parque Agropecuário contribuirá para o fortalecimento da economia local e para a valorização da produção agrícola do município.

11. Obras de Drenagem em Áreas Afetadas por Inundações e Alagamentos

As obras de drenagem em áreas afetadas por inundações e alagamentos são essenciais para prevenir desastres e melhorar a qualidade de vida dos moradores. Este projeto inclui a implementação de sistemas de drenagem eficientes, a construção de galerias pluviais e a manutenção periódica das infraestruturas existentes. A melhoria da drenagem urbana reduz o risco de inundações, protege as propriedades e promove a segurança dos cidadãos.

12. Meu Bairro melhor

A Prefeitura de forma itinerante, levará todos os serviços públicos de forma itinerante aos bairros.

13. Área da União/Aeroporto

A Prefeitura fará um projeto de modernização urbana fazendo uso da área, implementando:

Política Habitacional

Área Comercial

Complexo Administrativo Público

Complexo de Esporte e Lazer

Adotando os princípios da Sustentabilidade

14. Ampliação Orla Beira Rio

15. Programa de Irrigação: Atendendo as principais avenidas da cidade

Requalificação do Anel Viário: novo cartão postal da cidade

Requalificação das entradas da cidade: Paisagismo, Iluminação e Monitoramento

Requalificação das rotatórias, avenidas e canteiros: Paisagismo, iluminação e calçadas

Capital do Bem-estar: garantindo o acesso de todos os aparelhos públicos para fins de esporte, lazer e entretenimento.

Cidade Inteligente:

100% LED

100% Monitoramento

100% Internet (todas as localidades)

6.4.4 LOGÍSTICA

A Política da Logística do Transportes (rodoviários, aquavíarios e aeroportuário) foi instituída pela Lei 13.971/19 de 2019, instituiu **PLANEJAMENTO INTEGRADO DE TRANSPORTES** (PIT) Participativo e Integrado. Tem como diretrizes as competências desempenhadas de promover a expansão e adequação da malha viária para escoamento da produção da zona rural.

PROPOSTAS:

Abrir, melhorar e manter as condições de uso das estradas vicinais; construir novas pontes e bueiros.

Melhoria das estradas vicinais com a manutenção das pontes e mata-burros.

Melhorar as condições logísticas para zona rural, mantendo as estradas em boas condições tanto no período de chuva quanto de seca, com investimentos, com patrol, retroescavadeira, pá carregadeira, carregadeira, caminhão basculante, perfuratriz e tratores.

Concluir as obras das marginais direita e esquerda da TO 080 em Luzimangues, e ainda, garantir um efetivo levantamento das demandas e atuar na manutenção das estradas vicinais na zona rural do distrito, fazer a entrada do Águas Lindas concluir as obras para melhor atendimento turístico na Praia do Luzimangues.

Na mesma região, realizar a conclusão com urgência da entrada da Village Morena, a pavimentação asfáltica de várias ruas do Assentamento ao Distrito de Luzimangues;

Promover a ampliação das linhas de ônibus em pontos estratégicos no distrito de Luzimangues (Escolas, Postos de Saúde, CRAS, etc.).

Dar continuidade a política de construção das pontes em áreas estratégicas para atendimento das comunidades rurais.

6.4.5 SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico é tratado na Constituição Federal (CF) como de competência comum de todos os entes da federação (art. 23, IX), contudo, a titularidade da prestação dos serviços e da regulação recai sobre os municípios (art. 30, V) por se tratar de um serviço de interesse local, podendo haver partilha da competência com os estados no caso de regiões metropolitanas. A competência da União é direcionada à instituição de diretrizes, conforme o art. 21, inciso XX, da CF.

A Lei 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal do Saneamento Básico (NMLSB), instituiu o Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), entidade que, sob a presidência do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), tem por finalidade assegurar a implementação da política federal de saneamento básico e articular a atuação

dos órgãos e entidades federais na alocação de recursos financeiros em ações de saneamento básico.

O Município de Porto Nacional atualmente possui um contrato de programa com a concessionária BRK, esse contrato tem validade até 2032 e nele a competência de regular os serviços ficam por conta do Governo Estadual, enxergando essa limite quanto a política de controle de tarifas a atual administração municipal criou uma Agência Municipal de Controle, Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos e Meio Ambiente com o objetivo de regular e fiscalização não só os serviços de Saneamento Básico mas todos os serviços públicos delegados no município.

PROPOSTAS:

Promover em consonância com o PPA novamente a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico gerando um diagnóstico situacional e jurídico da concessão dos serviços e saneamento básico pelo município de Porto Nacional, e tomada de conta da prestação de serviços e investimentos pactuados pelo contrato de concessão;

Ampliar as atividades de fiscalização sobre a qualidade de água fornecida em nosso município,

Incentivar a ligação de esgoto residencial as redes públicas coletoras;

Conscientizar a população por meio de campanhas educativas sobre a importância da regularização das ligações na rede de esgoto e consequências negativas das ligações irregulares;

Conscientizar a população, por meio de campanhas educativas permanentes, sobre a necessidade de diminuir a geração dos resíduos sólidos na fonte, a importância da separação, acondicionamento e disposição adequada dos rejeitos coletados;

Promover a cooperação técnico-científica dos setores públicos e privados para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de reciclagem, reutilização e tratamento dos resíduos sólidos ambientalmente adequados;

Definir junto a concessionária as novas metas de universalização dos serviços de água e esgoto do município, buscando ampliar a rede de esgoto municipal principalmente no distrito do Luzimangues.

6.4.6 PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Porto Nacional está inserido no Livro do Tombo, como cidade histórica, a revitalização do Centro Histórico, já planejado pelo programa nacional de preservação do patrimônio histórico, a população principalmente os jovens e visitantes de Porto Nacional, serão os principais beneficiados por esta garantia de identidade.

Diagnosticar edificações com possível exploração comercial, proporcionar revitalização das mesmas e planejar roteiro turístico, pois a cidade oferecerá atrativos relacionados ao lazer e à cultura, os moradores da cidade não sentirão a necessidade de saírem à procura de diversão nas cidades vizinhas como por exemplo a capital Palmas. Além do passeio cultural por entre o casario do Centro Histórico, cuja localização se situa às margens do Lago do Tocantins, a Orla propõe ainda opções variadas de esportes

inclusive aquáticos para a juventude, podendo estender-se até a noite, possibilitando a sustentabilidade de todo o perímetro tombado, não necessitando totalmente de entidades governamentais e ONGs para garantir sua preservação.

A revitalização proporcionará empregos diretos reativando assim a economia da cidade e acabando com a ociosidade de jovens e adultos, além de atrair turistas e contribuir com o sonho de um dia ser inserida nos guias da EMBRATUR como cidade turística.

PROPOSTAS:

Atualizar e Implementar no município o Conselho do Patrimônio Histórico, com a participação de moradores, profissionais, empresários, gestores acerca do bem público tombado;

Elaborar o Plano Educacional do Patrimônio Histórico, Implantar como disciplina escolar obrigatória nas escolas públicas e privadas, e capacitar os profissionais da educação;

Efetivar parcerias com universidades pública e privada com incentivo financeiro para projeto de restauração, conservação e revitalização de monumento que atenda cumulativamente, às seguintes condições, do período colonial ou imperial, integrantes do patrimônio histórico, arquitetônico tombado pela União; de uso público, de propriedade de pessoa jurídica de direito público ou privado sem fins lucrativos;

Humanizar, incrementar, revitalizar e/ou reconstruir os usos dos espaços coletivos de cultura e lazer no ambiente tombado como patrimônio histórico do município:

Valorizar os marcos simbólicos e históricos existentes tombados, como bem cultural material e imaterial;

Prover a revitalização imóveis subutilizados para à instalação de serviços públicos de interesse social na área do patrimônio histórico;

Buscar parcerias com a comunidade paroquial São Vicente de Paula, para juntos prover a revitalização do imóvel subutilizado que sediava o Abrigo Joao XXXIII, para implementação da do “Projeto Casa de Cultura de Porto Nacional”, com os serviços de apoio a cultura portuense (oficinas culturais de artes, artesanatos e música), escrita como implemento de subsistência dos grupos e ou associações culturais;

Buscar financiamento ministerial para reformas revitalizações e formação da paisagem das ruas coloniais e suas edificações;

Incentivar o proprietário e ou morador, a manutenção da edificação com características incentivos fiscais

Elevar o município em âmbito municipal e estadual, propondo um circuito de cultura como roteiro turístico em temporada de praia em todas cidades;

Buscar recursos financeiros ministeriais para implementação do uso permanente da Ilha Porto Real com entretenimentos (eventos culturais, shows e festivais gastronômicos e construção de rapel com passarela de retorno com material reciclável autossustentável;

Prover incentivo fiscal ao proprietário e ou morador de uma edificação tombada, que tenha o interesse de criar seu negócio próprio como (bazar, restaurante, bar, escola de artes, artesanato, restaurantes, adegas, lanchonetes, docerias, panificadoras e outras vertentes gastronômicas);

Capacitar os proprietários e ou moradores bem como os profissionais das áreas de

(bazar, restaurante, bar, escola de artes, artesanato, restaurantes, adegas, lanchonetes, docerias, panificadoras e outras vertentes gastronômicas), que atuará no centro histórico e seu entorno;

Executar revitalização em todos os sistemas de abastecimento de água e energia em toda região tombada e seu entorno;

Executar revitalização e ou nova pavimentação de suas ruas com as características que reporta a arquitetura;

Efetivar e equipar o Museu Histórico de Porto Nacional com equipe técnica e capacitada permanente e dar publicidade com material digital;

Criar e equipar o Museu da Imagem Fotográfica de Porto Nacional, buscando nos acervos pessoais de seus moradores a revelação de toda sua história;

Criar, capacitar e equipar a Repartição Técnica do Patrimônio Histórico de Porto Nacional, com equipes de profissionais efetivos e ou contratados com autonomia com padrão de secretaria municipal;

Elaborar planejamento urbano viário de todas as ruas do Centro Histórico e de seu entorno, com sinalização vertical padrão;

Efetivar a parceira com a comunidade do patrimônio tombado, buscando e entendimento e o engajamento à preservação de seu bem;

Revitalizar edificações e ou resgatar fundiariamente ao município, os imóveis declarados abandonados para serem utilizadas como sede de órgão público, assistencial e ou mesmo privado regidos por edital;

Criar e adquirir acervo bibliográfico municipal, instalando um setor bibliográfico na Biblioteca Pública Municipal Ely Brasiliense;

Criar eventos culturais no calendário anual do município como, feiras, festivais e ou eventos periódicos;

Efetivar parcerias com as entidades religiosas em seus eventos já inseridos no calendário do município;

Fortalecer o seguimento de representação dos moradores da poligonal tombada bem como de seu entorno.

6.4.7 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Política de Captação de Recursos tem como diretrizes um conjunto de ações (institucional, fiscal, jurídico e incentivo) para promoção da capacidade de investimentos para o desenvolvimento sustentável do município.

A atual administração promoveu a reestruturação do setor de captação de recursos com elaboração do plano estratégico institucional, o resultado é que a atual administração é campeã em captação de recursos conforme descrito abaixo;

RECURSOS CAPTADOS PARA A SAÚDE: R$ 44.327.744,00

RECURSOS CAPTADOS PARA A EDUCAÇÃO: R$ 26.020.136,56

TRANFERENCIA ESPECIAL PIX FED. R$ 22.445.752,00

CONVENIO ESTADUAL R$ 3.984.000,00

CONVENIO EQUIPAMENTOS FED. R$ 6.390.957,00

CONVENIOS FEDERAIS EM EXECUÇÃO R$ 178.184.795,70

TOTAL: R$ 276.153.385,00

PROPOSTAS:

Definir com os órgãos da administração pública municipal o levantamento das necessidades estruturais para prestação dos serviços públicos de qualidade, que servira de suporte para elaboração dos projetos por grau de prioridades das ações, para buscar recursos federais;

Exigir dos órgãos municipais, inclusive os Conselhos de Direitos, a vigilância da situação de regularidade, com certidões negativas atualizadas, para que não impeça a captação dos recursos juntos ao poder público e segmentos privados;

Apoiar e incentivar a captação de recursos pelas as instituições do terceiro setor do município junto aos segmentos públicos privados;

Captar recursos em agentes bilaterais que possuem acordos com o país, fonte externas junto a consulados e embaixadas através dos editais da demanda reduzida ou espontânea das linhas de investimentos com disponibilidade orçamentárias;

Ampliar a captação de recursos em agentes multilaterais a exemplo (BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) de forma reembolsáveis e não reembolsáveis, que possuem acordos não somente com o Brasil, mas com outros países;

Ampliar a Captação de recursos por meio da plataforma mais Brasil, que substituiu a antiga plataforma SINCOV, dos programas e projetos ofertados pelos ministérios pela demanda reprimida das políticas públicas por região;

Incentivar, apoiar e orientar as entidades que trabalham com os segmentos (pessoas com deficiência e pessoas diagnosticas com oncologia) por meio de duas leis de incentivos dos ministérios da saúde do o PRONON e PRONOS fundos não reembolsáveis;

Buscar mais recursos nas fontes reembolsáveis de financiamentos junto (BNDES e FINISA), quando tratar de investimentos autossustentável.

6.4.8 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Política da Regularização Fundiária instituída pela Lei Federal nº 11.977/2009 definiu dois tipos básicos de regularização fundiária para dar conta dessas situações:

Regularização fundiária de interesse social: aplicável a assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda em que a garantia do direito constitucional à moradia justifica que se apliquem instrumentos, procedimentos e requisitos técnicos especiais;

Regularização fundiária de interesse específico: aplicável a assentamentos irregulares não enquadrados como de interesse social. Nesses assentamentos não se podem utilizar as condições especiais desenhadas para a regularização fundiária de interesse social.

PROPOSTAS:

Elaborar o cadastro multifinalitário (imobiliário) o município já possui recursos em caixa através do Banco Interamericano Regional de Desenvolvimento, para o levantamento do diagnóstico das ocupações irregulares pela população e elaborar o Plano Estratégico Institucional para regularização fundiário de interesse social e interesse especifico, promovendo a participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;

Estimular a resolução extrajudicial de conflitos e conceder título preferencialmente para a mulher.

Já estão planejados os novos Loteamentos a serem regularizados na sede do Município de Porto Nacional:

1. Granville
2. São José
3. Rua 200 (Porto Imperial)
4. Fama
5. Alto da Colina

Destaca-se que além desses e de outros novos loteamentos, a Reurb vai finalizar a titulação de ocupantes em outros setores por onde já foi feito uma etapa de regularização fundiária, são eles:

SETORES	IMOVÉIS A SEREM REGULARIZADOS
Jardim Querido III	59 (Cinquenta e nove)
Vila Operária	73 (Setenta e três)
São Francisco	138 (Cento e trinta e oito)
Porto Imperial Quadra 268	(Dezesseis)
Garcia	20 (Vinte)
Avenida Contorn – Porto Imperial	47 (Quarenta e sete)
Padre Luso	269 (Duzentos e sessenta e nove)
Jardim Planalto 40 (Quarenta)	40 (Quarenta)
Parque Liberdade	58 (Cinquenta e oito)
Nova Pinherópolis II	98 (Noventa e oito)
Consórcio	Consórcio Vila Dertins 13 (Treze)

6.4.9 LUZIMANGUES

No decorrer desses quase 4 anos, fortes investimentos foram realizados pela gestão municipal, e o resultado é que hoje Luzimangues hoje pode ser considerado o maior distrito do Tocantins, desponta como um verdadeiro local de oportunidades e qualidade de vida.

Através dos investimentos públicos realizados pela prefeitura somados aos investimentos privados realizados como a Ferrovia Norte Sul como destaque, promoveu – se a atração de grandes empresas que geram diversas vagas de emprego em diferentes setores.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do Censo 2022 por setores e distritos em termos de população e número de domicílios. Em

Luzimangues reside a maior população neste segmento no Tocantins, totalizando15.602 pessoas e 7.606 domicílios, através de iniciativas com o programa Emprega Porto e curso de capacitação promovida pela Fundação de Juventude Municipal para jovens e mulheres as melhores oportunidades estão sendo dos Portuenses, além dessas iniciativas diversos investimentos estão sendo realizados no distrito conforme os dados abaixo e muito será feito nesses próximos quatro anos.

Abaixo segue todos os investimentos públicos realizados e que se encontram em andamento em todo o distrito de Luzimangues.

Item	Quantidade	Valor
UBS BOA VISTA	1	R$ 1,115,250.43
CRECHE PORTO SEGURO/BURITIS	1	R$ 3,606,176.31
CRECHE LAGUNA 3	1	R$ 2,199,128.42
ESCOLA VILAGE MORENA	1	R$ 7,559,260.16
ESCOLA ÁGUAS LINDAS	1	R$ 5,403,558.78
PONTE CÓRREGO BEJUÍ	1	R$ 287,455.02
PONTE CÓRREGO PRATA	1	R$ 280,000.00
AMBULÂNCIA UTI MÓVEL	1	R$ 539,000.00
RECAPEAMENTO PARA DRENAGEM	1	R$ 10,000,000.00
REFORMA DA UBS NAZARÉ RODRIGUES LIMA	1	R$ 350,000.00
ANEXO MARIA DE MELO	1	R$ 360,000.00
AUTOMÓVEL EDUCAÇÃO	1	R$ 85,000.00
PASSARELA/ SALA DE PROFESSORES ESCOLA JACINTO BISPO	1	R$ 176,051.04
AMPLIAÇÃO DA GARAGEM DA SUBPREFEITURA	1	R$ 120,000.00
INSTALAÇÃO DE 3 MIL PONTOS DE LED	3000	R$ 3,000,000.00
CAMINHÃO PARA COLETA DE LIXO DOMICILIAR	1	R$ 450,000.00
CAMINHÃO PARA COLETA SELETIVA	1	R$ 450,000.00
PATROL	1	R$ 1,575,000.00
PÁ CARREGADEIRA	1	R$ 830,000.00
CAMINHÃO BASCULANTE	1	R$ 730,000.00

Item		Valor
TRANSPORTE COLETIVO TARIFA 0	1	R$ 125,000.00
VIDEOMONITORAMEMTO	1	R$ 14,400,000.00
AMPLIAÇÃO DA FEIRA	1	R$ 400,000.00
REFORMA E AMPLIAÇÃO SUBRODOVIARIA	1	R$ 340,000.00
PONTE SOBRE O CÓRREGO PORTEIRA	1	R$ 200,000.00
PONTE SOBRE O CÓRREGO CAPIVARA	1	R$ 200,000.00
PONTE SOBRE O CÓRREGO FUNDO	1	R$ 200,000.00
BUEIROS	10	R$ 80,000.00
MARGINAL SUL	1	R$ 1,860,000.00
CIDADE INTELIGENTE/LED		R$ 32,500,000.00
Tarifa Zero	12	R$ 1.250.000,00
TOTAL		R$ 90.670,880.16
1º AGÊNCIA BANCÁRIA DE LUZIMANGUES		
1° COMPANHIA DA POLÍCIA MILITAR EM LUZIMANGUES		
MANUTENÇÃO DA POLÍCIA CIVIL		

7 LIBERDADE RELIGIOSA

A Constituição Federal no seu artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, parágrafo 2º, regula que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

7.1 RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES RELIGIOSAS

A Constituição Federal, artigo 19, inciso I, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

PROPOSTAS:

Implantar e manter canais de diálogo permanente com a comunidade religiosa, para apoio das ações de interesse sócio assistenciais da comunidade religiosa;

Construir uma pauta das ações e serviços por meio dos quais as comunidades religiosas possam contribuir para a coletividade, em parceria com a administração municipal;

Apoiar fóruns, debates e eventos que fomenta a religiosidade no município e na região, respeitando a diversidade de orientação religiosa e a separação igreja verso Estado, por fomentar o desenvolvimento econômico para o município.

Apoiar a atuação social das comunidades religiosas, articulando com a estrutura de atendimento social da administração para ampliar ofertas dos serviços.

8 CONCLUSÃO

Ao longo deste Plano de Governo, foram apresentadas várias propostas nas diversas áreas da administração, escolhidas como matrizes de gestão para nossa cidade de Porto Nacional, a partir do ano 2021. Nesse contexto, as propostas foram elaboradas a partir das pesquisas setoriais realizadas, por meio do preenchimento de formulários, que se tratam de demandas legítimas da população.

De lá pra cá quase quatro anos se passaram e várias propostas se tornaram ações concretas implantadas pela atual administração, nos messes de julho e Agosto de 2024, de forma voluntária vários membros que fazem parte da atual equipe técnica em conjunto com os vários segmentos da sociedade civil organizada, mais uma vez voltaram ao placo central das discussões que antecedem a eleição da cidade e revitalizaram diversas propostas, avaliaram o que foi realizado e chegamos até aqui, novamente elaboração o nosso novo

plano de Governo onde a consolidação das propostas, vai depender do engajamento e envolvimento de cada cidadã e cidadão de Porto Nacional, para que juntos possamos manter uma Gestão que busca atendar as reais necessidades do POVO, por meio de opinião e participação social de forma direta, sendo tratada com total transparência, com o reforço do compromisso social da participação popular na administração.

Estamos mostrando na prática que passados quase 4 anos dos compromissos assumidos junta a cidade por este governo, os serviços públicos estão sendo prestados com muito mais agilidade e transparência, acompanhando a evolução tecnológica, uma gestão inovadora e de produtividade, primando pela qualidade da administração pública.

Olhando para o presente sem esquecer o passado, a prefeitura hoje se encontra efetivamente presentes em diversas localidades, adotando todas as medidas cabíveis para o planejamento de diversas ações governamentais, foi assim excepcionalmente em decorrência da Pandemia da Covid-19, que necessitou de ações específicas para prevenção e diminuição do quadro de contaminados.

Projetando uma cidade prospera foram resolvidos gargalos até então considerados históricos em nossa cidade com a entrega do Polo Multisetorial, Obras de Drenagem em todas as regiões periféricas da cidade, asfalto de qualidade e construção de novas escolas e creches na sede e distritos, transporte municipal gratuito no distrito de Luzimangues bem como fortalecimento através da capacitação e estruturação de diversas carreiras públicas.

Para tanto, de forma permanente, nos comprometemos durante essa caminhada, no processo eleitoral até o dia 6 de outubro, aprimorar as propostas e atender novas demandas, por meio do diálogo, audiências públicas, representadas pela cidadã e cidadão portuense, em locais como a feira municipal, em postos de saúde, nas ruas, praças, comércios, indústrias, residências, para que cada um dê a sua opinião na construção PARTICIPATIVA de um PLANO DE GOVERNO, construído PELO POVO, COM O POVO E PARA O POVO do município de Porto Nacional.

Vamos, portanto, de maneira sistêmica, em nossa Administração, proporcionar cada vez mais o incentivo ao **EMPREEDEDORISMO**, voltado para a ampliação da **GERAÇÃO DE EMPREGO e RENDA**, com o fim de realizar atendimento necessário às famílias de nosso município.

Vale ressaltar que este Plano de Governo, não é e nem será permanente, pois as circunstâncias, fatos novos, oportunidades, servirão para aprimorar, adaptar, atualizar e propor as melhorias que forem necessárias para que possamos melhor atender as NECESSIDADES de TODOS e TODAS pessoas da população portuense, sempre valorizando uma GESTÃO PARTICIPATIVA, voltada para atender as necessidades reais do nosso município.

Vamos juntos manter nossas esperanças de dia cada vez melhores e seguir com a nossa caminhada, para finalmente consolidarmos esse processo de TRANSFORMAÇÂO que a cidade vive, vamos manter nossa PREFEITURA servindo a todos os BAIRROS e a todo o POVO PORTUENSE do nosso jeito e com a nossa identidade popular, sem distinção de cor, gênero ou poder econômico vamos manter a prefeitura aberta e trabalhando em todo município e distritos. Este é o nosso compromisso.

BIOGRAFIA DOS CANDIDATOS

Ronivon Maciel

Natural de Porto Nacional, Ronivon Maciel Gama é prefeito e pré-candidato à reeleição no município. Casado com Keila Viana há 23 anos, enfermeira de formação e vocação, Ronivon constituiu uma família cheia de amor e cumplicidade. Da união do casal vieram dois frutos: Luiz Gustavo (17) e Isaac (12), motivos de muito orgulho. Começou cedo a sua carreira empreendedora: aos 7 anos de idade era vendedor de 'geladinho' e, ao longo da vida, ocupou várias funções no mercado de trabalho. Apaixonado pelos estudos, se destacou na trajetória escolar e conquistou a tão sonhada vaga na universidade pública. Hoje é graduado em História pela Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS (atual UFT) e pós-graduado em Gestão Pública, pela Faculdade Sul-Americana de Educação – FASAM. Ronivon acredita que com capacitação, força de vontade e boas oportunidades, todos podem transformar a sua própria realidade.

Joaquim de Luzimangues

Mecânico de máquinas pesada desde pequeno ao lado do seu pai e depois funcionário em uma construtora, Joaquim Pereira de Carvalho Neto (Joaquim do Luzimangues) é natural de Gurupi (TO) e reside no Distrito de Luzimangues desde 1993. Tem 42 anos, é filho de Valdir Sebastião de Carvalho e Duerita Pereira de Carvalho. É casado com Joelma Rodrigues Barbosa de Carvalho (atualmente vereadora de Porto Nacional) desde 2004. O casal tem dois filhos: Duerita Neto e Joaquim Lucas. Em 2007, se tornou evangélico e em 2008 teve sua primeira experiência política se candidatando a vereador, fazendo mais de 240 votas e, mesmo não tendo êxito continuou, o trabalhando em prol da comunidade do Distrito. Em 2012, com 561 votos, se elegeu vereador com a bandeira de defender o povo de Luzimangues e lutar pela emancipação do Distrito, sendo reeleito em 2016 1.195 votos. Em 2019, se elegeu presidente da Câmara Municipal de Porto Nacional. Já em 2020 foi eleito vice-prefeito ao lado de Ronivon Maciel com 11.294 votos para o exercício de 2021-2024.

Porto Nacional, agosto de 2024.

Ronivon Maciel Gama
Prefeito de Porto Nacional

Joaquim Pereira de Carvalho Neto
(Joaquinzão do Luzimangues)
Vice-Prefeito de Porto Nacional

44

Prefeito

RONIVON

VICE JOAQUIM
DO LUZIMÂNGUES